

# AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC  
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

## Aposentados lutam contra reforma da Previdência

Parlamentares encaminham moção ao Congresso Nacional e à Presidência da República contra proposta de emenda

Carlos Kilian



Aposentados e pensionistas de diversos municípios catarinenses comparecem à audiência pública para debater mudanças propostas pelo governo federal

Audiência pública realizada dia 1º, no Auditório Antonieta de Barros, reuniu cerca de 500 aposentados e pensionistas de diversas cidades do estado para debater a reforma da Previdência. Requerida pela Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina (Feapesc) e promovida pela Comissão de Trabalho e Serviço Público, a reunião culminou com a aprovação de uma moção assinada por deputados estaduais e federais contrários. Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003. Entre as mudanças previstas na Previdência, estão o aumento da idade mínima para aposentadoria de 67 anos para homens e 65 para mulheres e o fim da diferenciação de tempo de contribuição entre homens e mulheres.

Páginas 6 e 7

### APROVADOS

Deputados criam Fundo para Defensoria Dativa e autorizam reajuste de taxas estaduais

Página 10

### Manifestação contra pedágios bloqueia BR-101

Carlos Kilian



Organizado pelos deputados Manoel Mota (PMDB), Sargento Soares (PDT) e Décio Góes, (PT) que integram a Frente Parlamentar contra a Cobrança de Pedágios nas Rodovias Estaduais e Federais em Santa Catarina, o protesto parou, dia

3, por meia hora, o trânsito na BR-101 na Grande Florianópolis. A manifestação foi realizada no trevo de Palhoça/Santo Amaro da Imperatriz. O governo federal lançou edital para instituir a taxa nas rodovias.

Página 8

Sessão solene homenageia 50 anos do grupo RBS

Página 3

Assembléia destaca aniversário de Rotary de Palhoça

Página 3

## OPINIÃO

## Beatificação de Albertina Berkenbrock

Santa Catarina vai celebrar em outubro deste ano um dos mais importantes eventos de sua história. A menina Albertina Berkenbrock, nascida na localidade de São Luiz, município de Imaruí, será reconhecida oficialmente como beata pela Igreja Católica. Uma das consequências práticas esperadas a partir deste evento é o incremento do turismo religioso na região, com a vinda de milhares de fiéis ao local do martírio.

No dia 20 de outubro, Albertina será proclamada oficialmente Bem-aventurada. A cerimônia será realizada na cidade de Tubarão, sob a presidência do cardeal José Saraiva Martins, prefeito da Congregação para a Causa dos Santos do Vaticano. É a primeira vez da história que uma cerimônia de tal magnitude e significado é realizada em Santa Catarina. Trata-se de um passo decisivo para a Canonização, que reconhece a santidade das pessoas que

deram suas vidas pela Causa do Evangelho.

Albertina Berkenbrock é considerada mártir porque morreu em 15 de junho de 1931, aos 12 anos de idade, para defender a castidade, considerada uma virtude pelos cristãos. Após seu assassinato foram atribuídos a ela milagres que seriam alcançados pela invocação junto a seu túmulo. O Decreto de Beatificação foi assinado pelo Papa Bento XVI, no dia 16 de dezembro do ano passado, na presença do Colégio de Cardeais.

O bispo da Diocese de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, lembra que a menina que desperta a fé do povo não precisou ter milagres reconhecidos pelo Vaticano. É um caso de beatificação por martírio e a vinda do Papa acelerou o processo. "O processo da Albertina estaria ainda na espera de em torno de sete a oito anos, com isso nós ganhamos este tempo para esta bonita beatificação que vai acon-

tecer neste ano", informou o padre Sérgio Geremias, vice-postulador da beatificação.

Todos os anos, milhares de peregrinos provenientes de diferentes localidades do Brasil acorrem ao estado de Santa Catarina, onde há 22 santuários e uma centena de destinos de peregrinação católica, envolvendo 70 municípios.

A localidade de São Luiz, município de Imaruí, vem atraindo fiéis, principalmente jovens, pois lá nasceu em 11 de abril de 1919, Albertina Berkenbrock. Filha de imigrantes alemães. O primeiro sinal de santidade de Albertina ocorreu já no dia de sua morte. Segundo consta, o sangue jorrava de seu pescoço sempre que o agressor, empregado do seu pai, aproximava-se do caixão. Ela será a primeira Santa genuinamente brasileira, isto é, nascida em território nacional.

**Deputado Genésio Goulart (PMDB)**

## Melhor qualidade de vida para os doentes de câncer

No mês de setembro, chegamos mais perto de alcançar a meta número um de nosso mandato: dotar o Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí do Centro de Tratamento Oncológico. A busca por recursos em Brasília deu frutos e obtivemos o compromisso de praticamente todos os integrantes da bancada que representa os catarinenses no Congresso Nacional com a apresentação de emendas ao Orçamento da União de 2008. Independente de colorações partidárias, os parlamentares sabem do sofrimento de centenas de pacientes de câncer e de seus familiares do Alto Vale do Itajaí e de regiões vizinhas, que hoje são obrigados a se deslocar para Florianópolis ou Curitiba para fazer o tratamento para a sua doença.

Em cada gabinete do Congresso por que passei obtive, em primeiro lugar, a solidariedade

ao pleito e o compromisso de direcionar recursos para viabilizar o setor oncológico do Hospital. Os deputados Odacir Zonta e Ângela Amin, do PP, assim como os deputados Carlito Merss e Cláudio Vignatti, do PT, Djalma Berger (PSB), e Nelson Goetten (PR), além da senadora Ideli Salvatti (PT) vão destinar R\$ 100 mil cada do total a que têm direito em emendas individuais. O deputado Darci de Matos (PMDB) comprometeu-se com R\$ 500 mil e Décio Lima (PT) com R\$ 150 mil. Assim, estão assegurados pelo menos R\$ 1,3 milhão carimbados com o projeto do Hospital diretamente no orçamento do Ministério da Saúde para 2008.

Além disso, a bancada do PT vai amarrar pelo menos 30% do total que destina ao setor saúde em suas emendas coletivas e, entre as que a Frente Parlamentar Catarinense (todos os deputados

e senadores) tem direito, pretende-se chegar a, no mínimo, R\$ 2 milhões carimbados para o Centro em 2008. Teremos ainda uma série de batalhas a vencer até sua implementação. Como bem assinalou a senadora Ideli Salvatti quando lá estive, assim como o deputado Carlito, além da instalação do Centro, é necessário que o Hospital se prepare para obter o credenciamento de alta complexidade junto ao Ministério, cujo caminho burocrático é um tanto penoso. Mas, a concretização do projeto a que tanto aspiramos no Alto Vale é irreversível.

E, enquanto médico que sou, e na qualidade de representante do povo catarinense, reafirmo que não descansarei até que o Centro de Oncologia do Hospital Regional do Alto Vale seja realidade.

**Deputado Jailson Lima da Silva (PT)**

## Escola do Legislativo leva ciclo de debates para Anchieta

A Câmara de Vereadores de Anchieta, no Extremo-Oeste catarinense, sediou, dia 28, o 8º Ciclo de Debates sobre Formação Política, realizado pela Assembléia Legislativa através da Escola do Legislativo com o apoio da Câmara de Anchieta e da Associação dos Vereadores do Extremo-Oeste (Aveosc). "Orçamento Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal" foi abordado pelo professor especialista em Políticas Públicas, Adelir Stolf. O coordenador do curso de Ciência Política da Univali, Ivan Carlos Lago, tratou do tema "Reforma Política e as Regras para as Eleições de 2008".

Participaram da mesa de trabalhos o presidente da Câmara Municipal, vereador Vilson Luiz Rosatto (PSDB); o presidente da Aveosc, vereador Aldomar Antônio Moscon (PMDB) e o prefeito

de Anchieta, Antônio Luiz Mariani (PT), que parabenizou os idealizadores da iniciativa. Ele destacou a importância do agente político em dinamizar a política com responsabilidade social e senso ético. "Nosso país carece desses valores", afirmou Mariani.

Marcon também elogiou o ciclo de debates. "Precisamos fortalecer o Poder Legislativo, e este momento serve de entrosamento e troca de experiências para nós vereadores", observou. A próxima e última etapa do programa será realizada em Braço do Norte, Sul do estado, no dia 23 de novembro (sexta-feira). As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pela Internet no endereço [www.alesc.sc.gov.br/escola](http://www.alesc.sc.gov.br/escola) ou na própria Câmara Municipal, onde acontecerá o debate, das 8h30 às 17h.

## [ AGENDA ]

• **8 de outubro, 14 horas:** Seminário da Região Sul sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)  
**Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros**

• **8 de outubro, 19 horas:** Abertura da exposição "Corpus", com os artistas Carlos Alves, Flávio Manoel e Luis Carlos Vigarani  
**Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho**

• **9 de outubro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem ao Dia Estadual do Cidadão da Paz e lançamento do livro "Cidadão da Paz: onde se faz? Família - Escola - Estado"  
**Local: Plenário e Hall**

• **10 de outubro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem ao Dia do Motorista de Ambulância  
**Local: Plenário**

• **10 de outubro, 19 horas:** Comissão de Educação – Audiência pública para debater a regulamentação de estágios profissionais para alunos do ensino médio  
**Local: Gabinete da Presidência**

• **11 de outubro, 14 horas:** Seminário de Combate à Homofobia  
**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**

### Mesa



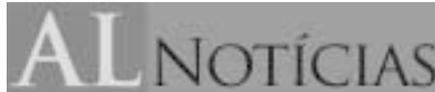
**Presidente:** Julio Garcia (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)  
**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)  
**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)  
**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social



**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

**Estagiários:** Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Ricardo Pitorini, Robson Barbosa e Robson Ribas.

## INSTITUCIONAL

# Sessão solene destaca os 50 anos da RBS

Com 5,7 mil funcionários, grupo possui 18 emissoras de TV aberta, 26 emissoras de rádio e oito jornais

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), sessão reúne autoridades e funcionários da empresa

## Rodrigo Viegas

Em sessão solene realizada dia 27, a Assembléia Legislativa homenageou os 50 anos do Grupo RBS, 28 deles em Santa Catarina. A cerimônia, proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), teve a participação de autoridades e funcionários da empresa. Entre os presentes, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o vice Leonel Pavan (PSDB), o presidente da Casa deputado Julio Garcia (DEM), os deputados Joares Ponticelli (PP), Manoel Mota (PMDB), Renato Hinnig (PMDB) e a deputada Ada De Luca (PMDB), além dos representantes do Grupo, o diretor

institucional Sérgio Sirotsky e o Conselheiro Pedro Sirotsky.

A trajetória do Grupo RBS acompanha as cinco décadas de história do Sul do Brasil. São 18 emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV comunitária, um canal rural de distribuição nacional, 26 emissoras de rádio, oito jornais, dois portais na Internet e mais de 80 sites de seus veículos, entre outras empresas e serviços. O grupo tem mais de 5,7 mil funcionários no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e em escritórios em outras regiões do país. Pioneiro em tantas iniciativas, destacou-se como a primeira rede regional do país e acompanhou e absorveu inovações, mantendo seu

olhar nas referências internacionais e investindo em talentos.

Em seu discurso de homenagem, a deputada Ana Paula traçou um perfil dos caminhos trilhados pelo grupo no estado e salientou a solidariedade e responsabilidade social sempre inerentes às ações da empresa. Destacou as importantes campanhas do grupo em Santa Catarina, como a pela duplicação da BR-101 - que coletou um milhão de assinaturas - e do pedágio pela APAE, iniciado em Blumenau há nove anos. "Também foi através da RBS que os catarinenses se viram notícia, tanto nos momentos difíceis como nas horas de alegria", destacou.

## Direção agradece Assembléia

O diretor Sérgio Sirotsky agradeceu a Assembléia pela homenagem, especialmente a deputada Ana Paula, e também aos funcionários presentes e o primo Pedro, a quem chamou de professor. Listou os veículos do grupo presentes na vida de catarinenses e gaúchos e fez menção aos valores que regem a sua atuação, em especial a responsabilidade empresarial.

"Temos a responsabilidade e humildade para identificar o enorme apoio que sempre tivemos. Nossos leitores e telespectadores fazem o nosso sucesso", ponderou.

Já Pedro Sirotsky reservou um especial agradecimento ao presidente do Grupo Jaime Sirotsky e ao diretor Nelson Sirotsky, bem como aos demais membros do conselho. Se disse comovido com

as inúmeras homenagens, entre elas as da Assembléia Legislativa gaúcha e da Câmara dos Deputados, em Brasília. Lembrou do pai e fundador da RBS, Maurício Sirotsky, e afirmou que as origens estão sendo muito valorizadas nestas comemorações. Ele convidou a todos para conhecerem a exposição *No Ar 50 anos de Vida*, que acontece em Porto Alegre. "A exposição é a maneira que encontramos de dizer muito obrigado ao nosso público. Conta não só os 50 anos da RBS, mas a história das comunicações nestas últimas cinco décadas", observou.

O governador Luiz Henrique reservou suas palavras à figura emblemática do fundador Maurício Sirotsky Sobrinho e se rendeu à história de pioneirismo e empreendedorismo. "A RBS é essa potência, essa legenda, e no pano de fundo dessa legenda está este precoce comunicador, Maurício Sirotsky Sobrinho", afirmou.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), afirmou que a história da RBS foi escrita com as tintas do empreendedorismo e o talento de seus profissionais transformou um microfone em uma das maiores redes de comunicação do Brasil. "Mas foram os princípios éticos que a levaram à liderança e ao reconhecimento público", afirmou.



Sérgio Sirotsky: responsabilidade

## Deputados homenageiam Rotary Club de Palhoça

Os 26 sócios do Rotary Club de Palhoça foram homenageados dia 1º com uma sessão solene para comemorar os 10 anos da entidade no município. Na cerimônia requerida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), uma placa de agradecimento foi entregue ao presidente, Mario Geraldo Battistotti.

Fundado em setembro de 1997, em Palhoça, o Rotary tem como principal objetivo ajudar a comunidade local em todos os aspectos. "Estou muito feliz por estar aqui e homenagear pessoas que trabalham pela comunidade palhocense. O clube busca a paz e a solidariedade entre os povos e é isso que faz desse valoroso trabalho uma lição de vida", disse Renato.

O Rotary Internacional foi

fundado em 1905, nos Estados Unidos, e desde então vem exercendo atividades importantes para a humanidade, como a luta pela erradicação da poliomielite. No Brasil, são mais de 52 mil associados em cerca de 2.300 clubes.

Há uma década em Palhoça, o Rotary Club vem trabalhando através de atendimento odontológico gratuito, banco de empréstimos de cadeira de rodas e distribuição de cestas básicas doadas pela comunidade. "O trabalho digno desse valoroso grupo, com certeza, é merecedor dessa justa homenagem", destacou o parlamentar.

O fundador do clube, José João da Rosa, afirmou que promover a paz e a boa vontade é um dos principais trabalhos do

Rotary. "Nestes 10 anos de atividade optamos por pequenos atos como propor idéias de melhorias em nossa cidade. Agora estamos pensando diferente. Queremos divulgar as nossas atividades e trazer a sociedade para se integrar nessa luta".

Fortes ideais de filantropia e amor. Assim que o presidente do clube palhocense, Mario Geraldo, vê o trabalho do grupo. "Em minhas andanças pela vida nunca encontrei nada como encontrei no Rotary. Estamos aqui para ajudar aquele que sofre. E é isso que vamos continuar fazendo".

No final da solenidade, Renato Hinnig também recebeu uma placa de homenagem pelos serviços prestados à comunidade de Palhoça.



Presidente do Rotary, Mario Geraldo, com o deputado Renato Hinnig

# INSTITUCIONAL

Alberto Neves



Parlamentares, representantes do Ministério Público e do Executivo discutem a situação financeira de entidades que trabalham na rede de proteção social em Santa Catarina

## Entidades cobram mais recursos para social

Audiência pública sela compromisso do governo do Estado em regularizar repasse para convênios

**Rose Mary Paz Padilha**

Durante mais de quatro horas, parlamentares, representantes do Ministério Público e do Executivo estadual e assistentes sociais discutiram a necessidade de incremento de verbas para a área social do Estado. Para atender a demanda crescente, a idéia é incluir no Plano Plurianual 2008/2011 (PPA) uma fatia maior de recursos, beneficiando todos os municípios. A proposta foi apresentada pela líder do PRB, deputada Odete de Jesus, autora da audiência pública realizada dia 4, reunindo representantes de estabelecimentos que trabalham com a proteção básica de alta complexidade, como abrigos, orfanatos, casas de passagem, casas-lar e asilos.

A intenção do encontro era

pedir ao governo, através da secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva de Lucas Dias, solução para a falta de repasses às entidades que trabalham com proteção social especial em Santa Catarina. Cobrada sobre a regularização das verbas para as entidades, a secretária garantiu que, até o final de dezembro de 2007, 60% dos convênios referentes a 2006 serão quitados. Os demais municípios receberão as verbas de 2007 através de um escalonamento, que vai até junho de 2008.

Segundo Odete, o setor, que atende mais de 4.500 pessoas, está em situação crítica por falta de recursos. "O governo não se manifestou pela renovação dos convênios com prefeituras e entidades. Já se passaram dez meses e nenhuma parcela referente a 2007

foi paga", declarou.

A deputada Ana Paula Lima (PT) lembrou que o problema é antigo e que os recursos de 2006 só foram pagos no mês passado. Também cobrou do Executivo ações para o atendimento de alta complexidade. "A Assembléia aprovou projeto de minha autoria para a construção de casas-abrigos para mulheres vítimas de violência. A lei, sancionada pelo governador, até hoje não foi implementada", lamentou.

Ana Paula solicitou ao promotor da Vara da Infância e da Adolescência, Thiago Carriço de Oliveira, a aplicação do termo de ajustamento de conduta para que o governo crie os Centros de Internamento Provisórios (CIPs). "O Ministério Público já tomou essa providência em 1998, mas ainda não há uma solução para o problema", afirmou.

### Promotor recomenda suplementação orçamentária

O promotor da Vara da Infância e da Adolescência, Thiago Carriço de Oliveira, sugeriu ao governo a suplementação orçamentária para a área social e a criação de uma secretaria de Estado para tratar de políticas públicas para crianças e adolescentes. "Santa Catarina vive um início de tragédia por falta de atendimento, principalmente às crianças vítimas de violência sexual. Os abrigos deveriam ter assistentes sociais e psicólogos para atender crianças e seus familiares, com o objetivo de

inserção social", alertou.

A secretária Dalva Dias alegou que os repasses estão atrasados por vários motivos, entre eles o sucateamento da secretaria e a ampliação dos municípios atendidos. De 2006 para 2007, o número de conveniados passou de 57 para 94, implicando num aumento das despesas. "A suplementação orçamentária proposta pelo Ministério Público Estadual depende da Assembléia Legislativa. Já sugeri aos deputados a criação de uma frente parlamentar em defesa da assistência social."

## Fórum trabalhará pela defesa da Udesc no Oeste

A criação de um Fórum pela defesa da Udesc no Oeste de Santa Catarina foi um dos principais encaminhamentos de audiência pública realizada dia 28, em Chapecó. O fórum deve ser integrado por parlamentares, entidades, associações, movimentos sociais, professores e dirigentes ligados à educação, estudantes, representantes de prefeituras e câmaras de vereadores e organizações da sociedade civil que apóiam o fortalecimento da instituição na região.

A resolução foi aprovada por unanimidade pelas cerca de 300 pessoas que compareceram à audiência promovida pela Assembléia Legislativa, de autoria do vice-presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Uczai (PT).

Nos próximos dias, Uczai deverá iniciar a articulação do fórum e das demais propostas apresentadas pela comunidade acadêmica no final da audiência pública. Segundo o parlamentar, elas serão encaminhadas para o governador para a Presidência da Assembléia

Legislativa; e à reitoria da Udesc, num documento intitulado "Carta da Udesc do Oeste".

Entre as propostas, está a regulamentação do Artigo 171 da Constituição Estadual, destinando 10% do percentual atualmente vetado pelo governador para investimentos em estrutura no Oeste. São três campi na região: em Chapecó, com o curso de Zootecnia; em Pinhalzinho, com Engenharia de Alimentos; e em Palmitos, com Enfermagem.

Segundo o diretor da Udesc no

Oeste, Antonio Waldimir da Silva, atualmente o governo do Estado destina R\$ 2 milhões por ano para investimentos e manutenção destas três unidades, onde estudam cerca de 900 estudantes. "Para nós, este debate com a sociedade é muito importante porque nos dá uma resposta sobre como e em que direção deve ocorrer o crescimento da Udesc", disse.

Nesse aspecto, a audiência pública propôs por unanimidade a estruturação e a expansão da Udesc em dois eixos. Um deles é

melhorar a infra-estrutura física para os cursos já existentes que, pelas manifestações de estudantes e professores, é precária principalmente em termos de laboratórios. "Faltam coisas básicas no prédio e estamos ocupando um laboratório provisório de um colégio, porque o nosso que deveria estar pronto em março desse ano, ainda não está", disse o estudante de Engenharia de Alimentos de Pinhalzinho, Pedro Santos. Um segundo passo é a criação de novos cursos nestes mesmos municípios.

## INSTITUCIONAL

# Aeroportos regionais vão operar a partir de 2009

Audiência faz balanço das obras em Jaguaruna e Correio Pinto

O governo do Estado prevê para o primeiro semestre de 2009 a entrada em operação dos aeroportos regionais de Jaguaruna, no Sul do estado, e de Correio Pinto, no Planalto Serrano. As obras começaram há cinco anos e somente a primeira etapa, de construção das pistas, foi concluída. As informações foram confirmadas dia 1º durante audiência pública solicitada pelos deputados Joares Ponticelli (PP), Décio Góes (PT) e Genésio Goulart (PMDB) e realizada pela Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP).

Provocado a apresentar cronogramas, o secretário estadual de Infra-estrutura, Mauro Mariani, aceitou o compromisso proposto pela comissão. Até o fim de outubro devem ser apresentados os projetos da segunda fase da obra do Aeroporto Regional de Jaguaruna, com terminais de passageiros e de cargas, sinalização noturna e acessos. Só então serão lançados os editais de licitação, com prazo de 60 dias. Os projetos de conclusão do Aeroporto Regional do Planalto Serrano têm entrega prevista para dezembro. O lançamento do edital para execução das obras ficou para

fevereiro de 2008.

Na última quarta-feira (3), o secretário Mauro Mariani esteve em Brasília com o ministro da Justiça, Nelson Jobim. Mariani quer aproveitar o que chama de "bom momento em que se anuncia a disposição do governo federal em investir nos aeroportos regionais". Ele também foi ao Ministério dos Transportes em busca de recursos para a construção dos acessos rodoviários aos dois aeroportos e buscar recursos junto ao Programa Federal de Auxílios a Aeroportos (Profaa) para a aquisição de equipamentos.



Senadora Ideli Salvatti (PT) participa da reunião promovida pela Comissão de Transportes

## Governo federal se compromete a construir acessos rodoviários

A senadora catarinense Ideli Salvatti (PT) admitiu a possibilidade do governo federal se comprometer com a construção dos acessos rodoviários, através do Plano Nacional de Aviação ou de emendas parlamentares. Porém, ela cobrou a definição de um cronograma de obras e lembrou que a construção dos aeroportos prevê recursos compartilhados entre os governos federal e estadual. "Não dá para cobrarmos empenho em relação às pistas e acessos se não tivermos definição quanto aos terminais e outros aspectos necessários para o funcionamento dos aeroportos", observou.

Joares Ponticelli (PP) cobrou

mais pragmatismo dos Executivos, propondo a entrega dos projetos e a definição da data de licitação ainda em outubro. Ele defendeu que os encaminhamentos sejam assumidos como compromissos tanto pelo governo estadual quanto o federal. "Precisamos do compromisso de todos. Seja do Fórum Parlamentar Catarinense, dos governos do estado e federal, uma vez que a construção envolve recursos de todos."

Na opinião de Décio Góes (PT), a audiência serviu para clarear a situação e forçar uma quebra da morosidade natural do poder público. "Cumpru seu objetivo, uma vez que o se-

cretário Mauro Mariani assumiu compromissos e definiu prazos". Góes admitiu a ocorrência de um "certo jogo político sobre a responsabilidade pelo andamento das obras" e disse que são situações que devem ser deixadas de lado em prol da efetivação da obra.

Murilo Bortoluzzi, da Associação Empresarial de Tubarão e coordenador da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel) para as obras do Aeroporto Regional de Jaguaruna, declarou-se satisfeito. "Faço voz da sociedade organizada em relação à necessidade de infraestrutura e da disposição de se resolver esta questão."



CONHEÇA O  
LEGISLATIVO

### COORDENADORIA DE ESTÁGIOS ESPECIAIS

A Coordenadoria de Estágios Especiais foi implantada em 2004 e está subordinada à Diretoria de Recursos Humanos. Entre suas atribuições está organizar as atividades dos estagiários do Programa Antonieta de Barros - PAB. O programa promove qualificação profissional sócio-educacional e cultural dos estagiários mediante ações planejadas que os habilitem à de inclusão social. Os estagiários também recebem apoio no sistema formal de ensino e o conceito de cidadania é reforçado para fomentar a participação nas suas comunidades.

Implantado experimentalmente em 2002 e oficializado a partir de 2004, com a aprovação da Lei 13.075, atende a demanda imposta por movimentos sociais na Assembléia. O programa, além de garantir a primeira experiência profissional, aponta perspectivas aos jovens, para que ultrapassem as barreiras da desigualdade, em especial daqueles socialmente excluídos por sua condição étnica, local de moradia, gênero e condição física especial. São oferecidas experiências profissionais, sócio-culturais, educativas e políticas como forma de garantir-lhes a cidadania.

A proposta leva em conta o conhecimento dos valores de origem do jovem como condição fundamental para a construção da identidade do programa.

Em linhas gerais, o programa contribui também para viabilizar as ações da Assembléia entre os jovens catarinenses, introduzindo-os como protagonistas no universo político, respeitando seus processos e suas atividades comunitárias. Os estagiários participam do PAB pelo período de um ano, que pode ser renovado por mais um. A carga horária é de 20 horas semanais e o número de jovens beneficiados pelo programa é de 40 por ano.

Hoje a equipe da Coordenadoria de Estágios Especiais tem oito servidores. Segundo a coordenadora Marilu Lima de Oliveira, "um ponto fundamental no programa é nossa disposição em interferir de forma positiva na trajetória familiar dos participantes porque, via de regra, estes jovens possuem a maior escolaridade na família e contribuem para elevar o nível social e financeiro de sua comunidade".

**Antonieta de Barros** - Antonieta, filha de lavadeira, foi alfabetizada com cinco anos e aos sete foi matriculada na Escola Lauro Müller para cursar o primário. Ingressou com 17 anos no curso normal com ajuda de um influente amigo da família. Sua vocação para o magistério mobilizou-a pela criação, em sua residência, de um curso para alfabetizar crianças carentes. Denominado "Curso Particular Antonieta de Barros" funcionou de 1922 a 1964 na Rua Fernando Machado, nº 32, no centro de Florianópolis.

No ano de 1933, com notável conhecimento da literatura e língua portuguesa, foi nomeada professora da Escola Complementar Lauro Müller. Em 1934, foi efetivada como professora da Escola Normal Catarinense. Lecionou no Colégio Coração de Jesus e no Instituto Estadual de Educação, este último dirigiu de 1944 a 1951, ano em que se aposentou.

Sua atuação como jornalista iniciou em 1922 com a fundação do jornal "A Semana". Escreveu para vários jornais e, no ano de 1937, com o pseudônimo de Maria da Ilha, publicou "Farrapos de idéias", onde reuniu suas crônicas.

Influente e com idéias firmes em defesa do magistério e do direito à educação para os menos favorecidos, em 1934 apresenta seu nome para a Constituinte Estadual concorrendo pelo Partido Liberal. Foi a primeira mulher a participar do processo constituinte no estado de Santa Catarina e foi eleita deputada estadual com 35.484 votos. Atuou como parlamentar até o ano de 1937 quando o então presidente Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.

Fonte: Coordenadoria de Estágios Especiais

## ESPECIAL

# Aposentados se unem contra reforma da Previdência

Moção assinada por deputados estaduais e federais é encaminhada ao Congresso Nacional e ao presidente da República

## Andreza de Souza

Mais de 500 aposentados e pensionistas, de diversas cidades do estado, participaram de audiência pública, dia 1º, no Auditório Antonieta de Barros, sobre a reforma da Previdência. Requerida pela Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina (Feapesc) e promovida pela Comissão de Trabalho e Serviço Público, a audiência tratou da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que prevê mudanças na Previdência Social.

Uma moção assinada pelos deputados estaduais e federais, além da Feapesc, com posição contrária à reforma, será encaminhada ao Congresso Nacional e à Presidência da República.

De acordo com o presidente da entidade, Luiz Carlos Freitas, a reivindicação dos aposentados e pensionistas é para que o governo federal não desvincule o piso previdenciário do salário mínimo, evitando perdas nos benefícios pagos.

Freitas destacou que a emenda trará prejuízos para a população. Entre eles, o aumento da idade mínima para aposentadoria de 67 anos para homens e 65 para mulheres; o fim da diferenciação de tempo de contribuição entre homens e mulheres e dos tempos especiais de professores; a extinção da aposentadoria especial dos trabalhadores rurais; a redução em 30% do valor das pensões e o aumento para 70 anos da idade para o pagamento do benefício assistencial das pessoas com necessidades especiais.

## Parlamentares querem intermediar

Os "cabelos brancos", como foram chamados os palestrantes, foram recebidos pelo presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público, deputado Onofre Agostini (DEM), e também pelos deputados José Natal Pereira (PSDB), Ada De Luca (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Antônio Aguiar (PMDB), Valmir Comin (PP), Sargento Soares (PDT) e Professor Sérgio Grandó (PPS). Todos os parlamentares são contrários à reforma da Previdência, e buscam a garantia dos direitos dos 800 mil aposentados e pensionistas de Santa Catarina e 25 milhões do Brasil.

Os deputados federais de Santa Catarina Odacir Zonta (PP) e Edinho Bez (PMDB), também presentes à audiência, se colocaram à disposição para intermediar o debate no Congresso Nacional e no Palácio do

Planalto. "A Constituição é muito clara e ninguém pode desrespeitá-la", afirmou Zonta.

Para o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marçilo, o momento é de luta pelos direitos adquiridos. Ele afirmou que as reformas não são realizadas para corrigir as distorções na seguridade social. "O tripé saúde, previdência e assistência social são direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988", disse.

O dirigente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e de Estudos da Seguridade Social, Floriano Martins, apresentou, de forma técnica, alguns números desmentindo os mitos de déficit previdenciário e da demografia brasileira.



Aposentados e pensionistas acompanham audiência pública para discutir emenda constitucional que prevê mudanças na Previdência

## Auditores fiscais afirmam que há superávit

Dados do Ministério do Planejamento mostram que o déficit estimado da Previdência Social para 2007 é de R\$ 45 bilhões. Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), publicados na revista da entidade, apontam para superávit. A pesquisa constatou que em 2005 houve saldo positivo de R\$ 6,275 bilhões, segundo balancetes do INSS.

A presidente da Anfip, Assun-

ta Di Dea Bergamasco, lembrou que dados oficiais e estudos da entidade já comprovaram que o déficit da Previdência é um equívoco e que ela é superavitária.

Na audiência pública, Assunta também ressaltou a importância do voto de cada aposentado na hora de eleger parlamentares comprometidos com o futuro da Previdência no País.

"Não devemos pressionar apenas os deputados federais,

mas os vereadores e prefeitos para que nossas reivindicações sejam atendidas", disse.

Na defesa do governo federal, o ministro da Previdência, Luiz Marinho, tem afirmado que a próxima reforma da Previdência terá objetivos a longo prazo. As mudanças devem atingir principalmente aqueles que ingressarem no mercado de trabalho após a reforma, beneficiando as próximas gerações.

Entre as medidas previstas,

estão a exoneração do peso da folha de pagamento da Previdência, a valorização do tempo de contribuição do trabalhador e maiores incentivos aos investimentos em tecnologia, tornando o país mais competitivo internacionalmente.

Segundo o ministro, o plano prevê ainda o cadastro real de beneficiários com a revisão das aposentadorias por invalidez, evitando assim as fraudes na concessão e desvio de conduta



Fotos: Carlos Killian

Dezessete milhões de aposentados sobrevivem hoje no País com um benefício mensal de apenas um salário mínimo

## Feapesc diz que perdas superam 70%

O presidente da Feapesc, Luiz Carlos Freitas, afirma que os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) vêm acumulando seguidas perdas ao longo dos anos. Segundo ele, o último reajuste repassado, em abril deste ano, foi 3,30%, enquanto o salário mínimo subiu 8,57%. A luta da entidade e dos aposentados e pensionistas é pela equiparação dos benefícios ao mesmo índice do mínimo. "Desde 1991 os aposentados vêm sofrendo perdas que já ultrapassam os 70%", afirmou.

De acordo com as entidades representativas do movimento dos aposentados no Brasil, assim como a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e a

própria Feapesc, as argumentações usadas pelo governo para fazer a reforma são falaciosas. Entre elas, a de que o atual sistema previdenciário não tem condições de pagar os aposentados, que a Previdência é deficitária e vai quebrar, caso utilize os mesmos índices dados ao salário-mínimo para o reajuste dos benefícios.

Freitas afirma também que o suposto déficit da Previdência alegado pelo governo federal faz parte de uma estratégia para o desvio da renda previdenciária, que pertence aos aposentados, para outros setores, como o pagamento da dívida interna. "Se faltam recursos para a saúde, a Previdência e a assistência social, isso ocorre

porque o montante que deveria ser destinado a essas áreas está sendo desviado para outros fins". Para ele, a Previdência é um dever do Estado e seus objetivos devem ser essencialmente a justiça social e a distribuição de renda.

Segundo o presidente da Cobap, existem hoje 17 milhões de brasileiros aposentados recebendo o máximo de um salário mínimo. E mais de 60% das famílias dos aposentados dependem dessas aposentadorias. "Infelizmente a nossa Constituição de 88 não está sendo cumprida pelo governo federal e os recursos estão indo para o superávit primário e pagamento de juros, deixando nossos aposentados numa difícil situação", lamentou.

## Fórum Nacional busca aperfeiçoar sistema

Na audiência pública, o diretor-presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, Floriano José Martins, destacou o trabalho do Fórum Nacional da Previdência. O grupo foi criado para aperfeiçoar o sistema previdenciário e é formado por representantes do governo, empresários, trabalhadores ativos,

aposentados e pensionistas.

Além de promover o debate para aprimorar a reforma da Previdência Social, o grupo trabalha para subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infra-legais pertinentes. Alguns pontos sobre a reforma já foram acordados, outros ainda estão em negociação. (Veja ao lado)

### Convergentes

- 1 - Promover a formalização do trabalho e a universalização da cobertura previdenciária a partir de um diálogo social;
- 2 - As políticas públicas, em especial as relativas à concessão de empréstimos, subsídios e incentivos fiscais,

devem estimular empresas formais;

3 - Mudar a lei do estágio, resgatando e reforçando seu caráter pedagógico, evitando abusos;

4 - Manutenção da diferenciação de critérios para aposentadoria em casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde

### Principais pontos

ou a integridade física;

5 - Criação de novos mecanismos de incentivo a uma maior inclusão previdenciária, com regras contributivas compatíveis com a inserção no mercado de trabalho;

6 - Reconhecer o direito à pensão por morte de companheiro/a afetivo/a do mesmo sexo no Regime Geral de Pre-

vidência Social, observando as mesmas regras dos cônjuges de diferentes sexos;

### Divergentes

- 1 - Idade mínima;
- 2 - Fator Previdenciário (cálculo dos benefícios);
- 3 - Aumento do tempo de contribuição.

## O que disseram os deputados

"Estamos aqui para mostrar que os aposentados e pensionistas estão unidos para reivindicar e defender seus interesses de forma respeitosa. Não concordamos que se jogue dinheiro pelo ralo, como nos casos de corrupção, para depois ouvirmos que não tem recurso para pagar essas pessoas que, por muitos anos, contribuíram com o País".

Onofre Agostini (DEM)

"Essa questão é inerente a nós deputados estaduais e a toda sociedade brasileira. Concordo com a luta que é extremamente importante e justa, e me coloco à disposição para que juntos possamos defender esses direitos fundamentais".

José Natal Pereira (PSDB)

"No Dia Mundial do Idoso, estamos fazendo toda a diferença nesta mobilização para que Santa Catarina e o Brasil escutem a voz dos aposentados e pensionistas contra a injustiça salarial que estão sofrendo. Vamos lutar com a nossa arma que é o voto".

Antônio Aguiar (PMDB)

"Esse é um gesto de justa manifestação pelos direitos adquiridos ao longo dos anos. É preciso que haja união e que vocês, aposentados, cobrem dos parlamentares em que votaram".

Valmir Comin (PP)

"É uma grande mentira a divulgação que existe um rombo na Previdência. Os articulistas querem nos enrolar, pois essa é na verdade uma contra-reforma que quer tirar direito dos trabalhadores".

Sargento Soares (PDT)

"Temos que unir forças e cobrar dos deputados federais uma posição a favor de todos os aposentados e pensionistas que representam o trabalho, a sabedoria e a experiência".

Ada De Luca (PMDB)

"É uma alegria participar da luta a favor dos 'cabelos que branquearam' pelo trabalho e contribuição ao estado e país. Não podemos ficar de cabeça baixa e aceitar o que eles querem nos impor".

Manoel Mota (PMDB)

"Estamos num momento de uma política econômica do superávit para dar uma vida digna de direito e não de favor".

Professor Sérgio Grandó (PPS)

## GERAL

Carlos Kilian



# PEDÁGIO NÃO

Alguns parlamentares comandam manifestação no trevo Palhoça/Santo Amaro da Imperatriz, contando com apoio de diversas entidades e de motoristas

## Protesto contra pedágio pára a BR-101

Frente Parlamentar promove mobilização e ganha adesão de motoristas contrários à proposta do governo federal

**Graziela May Pereira**

A BR-101 na Grande Florianópolis parou por meia hora, dia 3, em manifestação organizada pela Frente Parlamentar contra a Cobrança de Pedágios nas Rodovias Estaduais e Federais em Santa Catarina. O protesto foi realizado no trevo de Palhoça/Santo Amaro da Imperatriz – trecho Sul da BR-101.

O ato foi iniciativa dos deputados Manoel Mota (PMDB), Décio Góes (PT) e Sargento Soares (PDT) e contou com a participação de diversas entidades. Grande parte dos motoristas parados pela manifestação concordou com a iniciativa dos parlamentares.

Mota lembrou que a cobrança de pedágio nas rodovias está prevista em edital de licitação, lançado pelo governo federal, para leilão de sete lotes. Entre eles, estão incluídos trechos em solo

catarinense, nas BRs 101 Norte e 116. “Esse é um movimento importante e fundamental na vida de Santa Catarina. Já fiz mais de cem manifestações como esta e continuo afirmando que o estado não terá pedágio”, garantiu.

Concordando com Mota, Décio Góes afirmou que a idéia do pedágio não é válida porque as obras realizadas nas rodovias são pagas com dinheiro público.

“Quando se tem um investimento privado nas obras é até aceitável. Mas isso não aconteceu”, ponderou. O parlamentar ainda convidou a comunidade a comparecer, na próxima terça-feira, às 11 horas, no Legislativo, para a reunião de formalização da Frente Parlamentar. O petista Dirceu Dresch também disse que o estado não pode admitir o pedágio. “Um exemplo é a concessão de postos de serviços”, completou Dresch.

## Parlamentar alerta para excesso de impostos

O deputado Serafim Venzon (PSDB) lembrou que o brasileiro já paga muitos impostos para cuidar das estradas, entre eles o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). “O pedágio vai ser uma cobrança a mais, uma bitributação, e vai render aos locatários muito mais do que foi gasto com a obra. Por isso, temos que nos mobilizar contra mais essa tributação desnecessária.”

“Território livre de pedágio.” É dessa forma que o deputado Sargento Soares (PDT) quer continuar vendo Santa Catarina. “A sociedade tem que participar dessa luta. Combater a privatiza-

ção e denunciar o real interesse com o “pedagiamento.” Soares também afirmou que, se as praças de pedágio forem instaladas, o preço da cesta básica irá aumentar substancialmente, uma vez que o transporte e o combustível sofrerão aumentos por causa do novo item de custo.

O deputado Kennedy Nunes (PP) tentou confortar os motoristas dizendo que vale a pena perder meia hora na manifestação na BR do que perder meia hora todos os dias nas praças de cobrança da taxa. “Se instalarem as praças em todo o estado, como querem, nós, catarinenses, estaremos perdidos. De Joinville para cá serão dois pedágios para ir e mais dois

para voltar. Não consigo pensar na hipótese dessas empresas quererem ganhar nas nossas costas”, lamentou.

Lutar pelo dinheiro público foi a palavra de ordem do deputado Sérgio Grando (PPS). “Não posso entender essa política de privatização empregada pelo governo Lula. Temos que lutar pelo serviço público. Temos que dominar esse sistema”.

O deputado Pedro Uczai (PT), por sua vez, disse que o Partido do Trabalhadores em Santa Catarina é contra o pedágio e qualquer política de privatização. “Somos contra e esse movimento de luta vai, com certeza, crescer e sair vitorioso”, completou.

## Terneiros catarinenses serão exportados

A Comissão de Agricultura e Política Rural vai encaminhar moção ao governador Luiz Henrique da Silveira pedindo agilidade na exportação de terneiros catarinenses para a Itália. O anúncio foi feito pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da comissão, durante encontro com empresários italianos dia 2, no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa. Também receberam a comitiva os deputados Manoel Mota (PMDB), Narcizo Parisoto

(PTB) e Reno Caramori (PP), além do secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, e do diretor geral da pasta, Gelson Sorgato.

A intenção dos empresários italianos é importar cerca de 50 mil terneiros machos vivos - entre sete e oito meses de vida. Após 20 a 22 meses de confinamento e alimentação à base de cilagem de milho, produzirão carne de alta qualidade. Atualmente, a Itália consome 1,4 milhão de quilos de carne

bovina por ano. Desse total, 700 mil quilos vêm do mercado interno e o restante de países como a França, que fornece para os consumidores italianos cerca de 300 mil quilos por ano.

O chefe da comitiva, Renzo Fossato, presidente da União de Importadores e Exportadores de Carnes e Derivados da Itália (Uniceb), destacou que a escolha de Santa Catarina para as negociações deve-se ao fato de ser o único estado livre de febre aftosa sem vacinação.

## Frota com mais de 15 anos

O deputado Renato Hinnig (PMDB) pediu vista ao projeto, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que pretende ajustar os serviços de transportes rodoviários intermunicipais de passageiros, delegados ao Departamento de Transporte e Terminais (Deter), para as transportadoras.

O pedido do Projeto de Lei nº 194/0 foi formalizado, dia 2, na reunião da Comissão de Transportes. Um substitutivo global proposto pelo Deter

permite que 20% da frota em operação ultrapasse a idade de 15 anos, sem exceder 25 anos, garantindo melhor distribuição e aproveitamento dos ônibus em linhas de caráter social.

O substitutivo também pretende aumentar a agilidade das empresas que prestam serviços urbanos nas alterações, implantação e cancelamento de horários, sem a interferência de operadoras que prestam serviço rodoviário no mesmo eixo.

## COMISSÕES

# Parecer pede arquivamento da CPI da Casan

Adiado por mais uma semana destino de investigação sobre denúncias de uso eleitoral de autarquia

A CPI da Casan, destinada a investigar denúncias de uso eleitoral da autarquia, terá pela frente mais uma semana de indefinição. Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dia 2, marcada pelo acirramento do embate entre oposicionistas e governistas, o relator da CPI, deputado Jailson Lima (PT), pediu vista ao parecer do deputado

Marcos Vieira (PSDB), que sugeriu arquivamento das investigações com base no que classificou como "fato novo". De acordo com o tucano, o inquérito policial em Taió, sobre denúncia de aliciamento de eleitores por parte da deputada Ada De Luca (PMDB) em Rio do Campo, foi encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Ele destacou parecer do pro-

curador federal eleitoral, Cláudio Dutra Fontella, que nega a existência de crime eleitoral: "A materialidade também não está caracterizada, uma vez que é constatada apenas a promessa genérica de serviços à comunidade em geral, não havendo conduta que configure as ações de dar, receber, oferecer, prometer, solicitar vantagem em troca de

voto", diz o documento.

O procurador ainda afirma não ter se configurado delito por falta de individualização da promessa e pelo fato ter sido noticiado três meses após a diplomação da candidata, implicando em decurso de prazo. Sob estes argumentos, Fontella requereu ao Ministério Público Eleitoral o arquivamento do inquérito policial.

Alberto Neves



Deputados da Comissão de Constituição e Justiça analisam parecer de relator sobre CPI baseado em inquérito policial

## Oposição quer manter apuração

Na reunião anterior da CCJ, o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, também formulou pedido de vista por discordar do parecer do deputado Marcos Vieira. Na ocasião, Vieira recomendou o arquivamento da CPI sob o argumento de duplicidade de investigação, pois o assunto está sendo acompanhado pelo Ministério Público, e também com base na impossibilidade de cometimento de ato ilícito por pessoa jurídica, no caso a Casan.

Ponticelli contestou o enquadramento da investigação como crime eleitoral e reafirmou a intenção de "sepultar a CPI da Casan". O parlamentar questionou alguns encaminhamentos que, segundo ele, não atenderam os preceitos regimentais. "Foi aceito requerimento do deputado Renato Hinnig (PMDB), apesar da CPI já estar devidamente instalada e o foco de investigação determinado. "A dúvida só poderia ser levantada pelo presidente da Casa ou líder de bancada antes da constituição da CPI, conforme prevê o artigo 41 do regimento interno da Casa."

Os questionamentos surgiram após a apresentação do requerimento de Hinnig, que solicitou ao presidente da CPI, Onofre Agostini (DEM), que encaminhasse à análise da Comissão de Constituição e Justiça a delimitação da investigação.

## Finanças aprova emissão de contas em Braille

Os deficientes visuais não terão mais dificuldade para conferir valores e informações nas contas de água, telefonia e de energia elétrica. Projeto de lei de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB) prevê a confecção dos documentos de cobrança em Braille. A proposta foi aprovada, dia 3, da Comissão de Finanças e Tributação.

Natal também teve aprovada matéria na área cultural, instituindo o projeto Degrau, que define diretrizes sobre a apresentação de artistas e grupos amadores em Santa Catarina. A matéria tem o objetivo básico de promover intercâmbio e incentivar ações culturais em diversos níveis em todas as regiões do estado.

## Deputados dão sinal verde para projeto do assédio moral

Santa Catarina deve ganhar lei para combater o assédio moral na administração pública estadual direta e indireta, autarquias e fundações públicas. O projeto de lei, de autoria do deputado Jailson Lima (PT), que veda todas as formas de assédio moral na administração pública, foi aprovado, dia 3, na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. O próximo passo será a votação em Plenário.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta recebeu substitutivo global do deputado Joares Ponticelli (PP) ampliando o alcance e tornando mais rigorosas as punições que vão de advertência, suspensão à demissão do agente que praticar assédio moral.

No projeto, o assédio moral é caracterizado por procedimentos que impliquem em violação da dignidade do servidor, refletindo em formas de trabalho que os coloquem em



Comissão de Direitos e Garantias Individuais aprova projeto inovador

condições humilhantes ou degradantes. O enquadramento pode compreender agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade conferida pela função que exerce, tenha por objetivo ou efeito atingir a auto-estima

do servidor.

Na aplicação das penalidades, serão considerados os danos aos servidores e ao serviço prestado. O texto ressalva que os acusados de cometer assédio moral terão assegurado o direito à ampla defesa.

Solon Soares

## Sem cobrança para currículos

A cobrança antecipada de taxa para cadastramento de currículos em agências de empregos, mesmo as virtuais, poderá ser proibida no estado. A proposta do deputado Narcizo Parisotto, líder do PTB, também foi aprovada na reunião de da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. A intenção do parlamentar é retirar um dos entraves para ingresso ao mercado de trabalho.

Outro projeto aprovado é de autoria da deputada Odeite de Jesus, líder do PRB, que prevê a instituição do programa "SOS Vovô". O programa tem como finalidade atender denúncias de maus-tratos e violência contra idosos.

## PLENÁRIO

APROVADO

# Plenário cria Fundo Especial para Defensoria Dativa

Depois de ser tema de audiência pública na semana passada, o projeto que cria o Fundo Especial da Defensoria Dativa foi referendado, dia 2, pela maioria deputados, em Plenário. O Projeto de Lei Complementar 31/07 recebeu emenda modificativa do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

O texto determina que o Fundo de Reparelamento da Justiça (FRJ) passará dos atuais 0,2% para 0,3% como receita do Fundo Especial da Defensoria Dativa.

O fundo é destinado a complementar os recursos financeiros indispensáveis ao pagamento da remuneração dos advogados que exercem as funções de Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, após designação pela autoridade judiciária competente.

Além do FRJ, servirão como receita do Fundo as dotações

constantes do orçamento do Estado; auxílios, subvenções, doações e contribuições ou transferências resultantes de convênios ou acordos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou outras entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais; remuneração oriunda de aplicação financeira; saldos apurados nos exercícios anteriores e quaisquer outros recursos que legalmente sejam atribuídos ao Fundo.

Na parte da manhã, em reunião da Comissão de Trabalho, a matéria havia recebido voto contrário dos deputados Décio Góes (PT), Dirceu Dresch (PT) e Jandir Bellini (PP). Com o parecer do deputado Gelson Merísio (DEM), a matéria convalidou o que já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça

“O projeto dá condições para Santa Catarina manter o modelo diferenciado em

relação ao restante do Brasil, que permite a prestação de serviços judiciários com baixo custo”, afirmou Merísio. Sobre a dívida do Estado com a OAB, o parlamentar declarou: “O governo terá que buscar outras fontes para esse fim. O Fundo será para custear as despesas dos advogados da defensoria dativa daqui para frente”.

## Taxas estaduais

Os parlamentares aprovaram também o Projeto de Lei nº 229/07, na forma de substitutivo global do deputado João Henrique Blasi, versando sobre as taxas estaduais de serviços prestados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

As referidas taxas serão reajustadas em 11, 26%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2005, 2006 e

primeiro semestre de 2007.

## Diplomas

As instituições de ensino superior privadas, as universidades públicas e as fundações públicas de direito privado não podem mais cobrar taxa para expedição de diplomas universitários.

A medida foi aprovada em Plenário por intermédio do substitutivo global, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), ao Projeto de Lei nº 160/07, do deputado Jorginho Mello (PSDB).

Na justificativa da proposição, Jorginho informa que resoluções do Conselho Federal de Educação prevêem como encargos educacionais, de responsabilidade dos alunos, o pagamento de anuidade, a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear o fornecimento de certificados ou diplomas de conclusão de cursos.

## Reintegração da Epagri

A ocupação da Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em Caçador, no Alto Vale do Rio do Peixe, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), motivou o deputado Reno Caramori (PP) a encaminhar moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Presidência Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No documento, o parlamentar pede a reintegração de posse da área ocupada pelo MST há várias semanas. A moção foi subscrita pelos deputados Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), Onofre Agostini (DEM) e Moacir Sopelsa (PMDB).

## Retorno do ICMS é exigido

O resultado de um levantamento feito pela Federação das Associações dos Municípios (Fecam) sobre o retorno do ICMS aos municípios foi contestado pelo deputado Silvio Dreveck (PP). O dado mais intrigante, segundo ele, refere-se à constatação de que o índice das 158 cidades em queda acentuada de receita empata com o dos 135 municípios com aumento na arrecadação. Como o levantamento teve como base o movimento econômico de 2005, quando o crescimento do PIB catarinense alcançou marca superior a 2%, tendo seus efeitos sentidos em 2007, o parlamentar questiona onde estaria sendo aplicada essa diferença.

## Problemas no PPA 2008-2011

A diferença entre as previsões de investimentos no Projeto de Lei nº 404/07, que detalha o Plano Plurianual (PPA 2008-2011), está sendo questionada pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT). O valor apresentado é de R\$ 72 bilhões, sendo que apenas 42,44% são provenientes do orçamento geral e 57,56% de outras fontes. “Isso é um disparate. No PPA de 2004-2007 foram alocados R\$ 53,6 bilhões e apenas 28,16% vieram de outras fontes. Temos muito que discutir.”

Na próxima segunda-feira (8), o relator do PPA, deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), estará em Florianópolis para tratar dos investimentos do Plano Plurianual.

# Dia Estadual do Vereador e da Imigração Polonesa em Santa Catarina

A partir do ano que vem, Santa Catarina vai comemorar oficialmente, no dia 1º de outubro, o Dia Estadual do Vereador. O Projeto de Lei nº 110/07, que trata do assunto, foi aprovado na sessão do dia 3 e ainda prevê a realização de sessão solene na data.

Na justificativa do projeto, seu autor, o deputado Jandir Bellini (PP), diz que o vereador trabalha quase sempre em condições adversas, não tendo suporte técnico e de infra-estrutura para conduzir projetos públicos e nem de comunicação e destaque de suas ações.

É ele, o vereador, que leva para o debate na Câmara Municipal as questões relacionadas à segurança pública, saneamento, limpeza, educação, saúde, turismo, meio ambiente, entre outros temas de interesse comum. “Como representante do povo, o vereador tem a obrigação de ser o porta-voz



Bellini: porta-voz das minorias

das minorias, dos grupos organizados, das associações, dos sindicatos e do cidadão, das necessidades da população, além de legislar e fiscalizar o Executivo municipal”, explica Bellini.

A data já foi instituída em outros estados e também no país, através da Lei Federal nº 7.212/1984. “Nada mais justo que abrir espaço no Parlamento catarinense, instituindo

sessão solene para a justa homenagem”, conclui Bellini.

## Poloneses

Em homenagem aos imigrantes poloneses que chegaram a Santa Catarina no final do século 19, o Parlamento aprovou também o Projeto de Lei nº 379/07, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), instituindo o dia 3 de maio como o Dia Estadual da Imigração Polonesa em Santa Catarina. Três de maio é a Data Nacional da República da Polônia, Dia da Constituição que foi promulgada em 1791 e é considerada a primeira carta magna moderna da Europa.

A homenagem, que a cada ano será lembrada com a realização de uma sessão solene, refere-se à contribuição dessa comunidade colonizadora para Santa Catarina, especialmente a partir de 1869. Atualmente, o Brasil e a França ocupam a terceira colocação em número

de poloneses que vivem fora de seu país, com cerca de 1,5 milhão de cidadãos.

Na justificativa do projeto, Aguiar diz que “o Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, tanto do ponto de vista político quanto do econômico. Existem ainda motivos históricos, todo um legado cultural do povo polonês para as tradições e costumes dos catarinenses, presentes em nosso cotidiano”.



Aguiar: parceiros da Polônia

# Kennedy cobra agilidade na reforma das escolas estaduais

A infra-estrutura das escolas de Santa Catarina dominou, dia 2, o discurso do líder do PP, deputado Kennedy Nunes. Na semana passada, o Colégio Estadual Francisco Eberhardt, de Pirabeiraba, distrito de Joinville, foi inaugurado depois de seis meses. Neste período, os alunos assistiram às aulas num salão de baile.

Kennedy lembrou que outras três escolas do município estão funcionando com seus prédios parcialmente interditados pela Vigilância Sanitária. Atualmente, 11 escolas estaduais estão fechadas em Santa Catarina pelo mesmo problema.

O deputado aproveitou também para cobrar do Executivo as inaugurações do Hospital Materno-Infantil, em Joinville,



Kennedy: demora nas obras

prevista para o dia 12 de outubro; a do aerobarco, que fará a ligação entre Joinville e São Francisco do Sul, prevista para agosto, a do Pronto-Atendimento de Araquari

e ainda o conserto do "rabecão" (automóvel utilizado pela polícia para o transporte de corpos) de Joinville, que está parado por falta de uma peça. "É preciso muito e não pode demorar como a reforma da escola de Pirabeiraba. Tem que ser feito com a mesma agilidade com que o governo aumenta as taxas", disse.

O deputado Silvio Dreveck (PP) falou que o colégio reformado já necessita de outra reforma. "Digo com tristeza que mais de mil alunos continuam estudando em galpões improvisados", contou.

Dreveck também lamentou a redução da hora/aula de 45 para 30 minutos. Uma medida que está sendo adotada pelos professores em estado de greve.

## Governistas lembram investimentos na área

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) esclareceu que, quando assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, 38 escolas da região "estavam caindo, eram depósitos de alunos". Segundo ele, Capão Alto nem possuía sala de aula. "Ninguém fez tanto pela educação quanto o governador Luiz Henrique da Silveira. Só há um

caminho para o desenvolvimento, que é a educação". Ele disse ainda que 97% das escolas de sua região já possuem internet. "Essa ação aconteceu devido à descentralização".

Já o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, lembrou que o problema com as escolas antecede o mandato de Luiz Henrique. "Construíram escolas que deterioraram

em cinco anos. Utilizaram material de péssima qualidade. O secretário Paulo Bauer está fazendo de tudo para recuperar as escolas." O deputado Renato Hinnig (PMDB) afirmou que Kennedy deveria se informar direito sobre as ações do governo. Segundo ele, as escolas citadas pelo parlamentar já estão com obras em andamento.

## Titon satisfeito com andamento das obras na BR-282

O presidente do Fórum Permanente em Defesa da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), declarou estar feliz com o andamento das obras da rodovia. No dia 1º, ele percorreu o trecho até São José do Cerrito, na região Serrana, e avalia que este será concluído antes da BR-101.

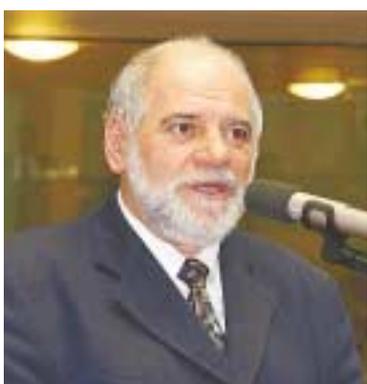
Titon informou que cerca de 50% do trecho entre Vargem e Campos Novos (BR-470) já estão concluídos. Os outros 50% estão bem adiantados, devendo estar concluídos até o final deste ano.

A parte que compreende Vargem a São José do Cerrito deverá ser entregue até o final de 2008. "Quero parabenizar o DNIT e a empreiteira da obra pela velocidade com que estão realizando os trabalhos. Esperamos por isto há 50 anos", falou.

## Grando destaca realização do Fórum Nacional de Defesa Civil

A realização do 4º Fórum Nacional de Defesa Civil e do 2º Encontro Estadual de Defesa Civil, marcado para a próxima semana, na cidade de Jaraguá do Sul, no Norte do estado, foi destacada pelo deputado Professor Sérgio Grando como um dos grandes eventos sobre mudanças climáticas.

Os eventos acontecem durante a Semana Nacional de Redução de Desastres e têm como objetivo discutir assuntos



Grando: Discussão importante

relacionados às Mudanças Climáticas no Brasil, suas causas e seus efeitos, visando à construção coletiva do conhecimento de riscos e desastres.

"Realmente é uma discussão importante para todos. O planeta está passando por muitas mudanças. Aqui mesmo, em Santa Catarina, já tivemos enchentes numa região, enquanto outra passava por uma seca devastadora", disse.

Segundo Professor Grando, o fórum contará com palestras de autoridades do Brasil e especialistas em diversos assuntos relacionados à defesa civil, com temas como Mídia nos Desastres, a Psicologia Aplicada aos Desastres, e o Aquecimento Global no Brasil. "Eles esperam mais de 600 pessoas para o evento, que propiciará aos estudantes e profissionais da área a oportunidade de divulgar o resultado de seus trabalhos e estudos de temas relacionados à defesa civil."

## [ GABINETES ]

### REUNIÃO COM BID

A doação de 1,2 milhão de dólares para um programa de melhoria da proteção e gestão ambientais da bacia do rio Uruguai foi intermediada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB) em reunião no dia 3, em São Paulo, com diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O financiamento será concedido pelo Fundo Fiduciário Japonês do BID. No encontro foi preparado um plano mestre para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Uruguai, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a fim de guiar as atividades na bacia, principalmente para proteger seu papel na recarga do aquífero Guarani, um dos maiores sistemas do planeta.

Com um volume de cerca de 40 mil quilômetros quadrados, este aquífero é o maior reservatório de águas subterrâneas no mundo, capaz de suprir água potável por 200 anos. Perto de 15 milhões de pessoas vivem na área do aquífero Guarani e até 500 cidades se abastecem, parcial ou inteiramente, de suas águas. "O aquífero é um recurso hídrico estratégico para Santa Catarina, abrangendo 155 municípios, a maior parte na região Oeste, que tem a maior concentração de agroindústrias da região Sul", destaca Renato Hinnig. (Daniilo Coutinho assessor do deputado Renato Hinnig)

### SUINOCULTURA TEM SUBCOMISSÃO

A subcomissão de energia e que integra o Fórum Catarinense de Suinocultura se reuniu pela primeira vez no dia 4, em Concórdia. Foi criada na audiência pública proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT) e realizada no dia 1º, em Chapecó. A subcomissão foi um dos principais resultados do encontro de parlamentares, suinocultores, pesquisadores, estudantes e representantes de entidades ligadas à agricultura para debater a utilização de biodigestores e a produção de energia elétrica a partir dos dejetos de suínos. Ao mesmo tempo em que a suinocultura representa uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina, também se constitui numa das maiores responsáveis pela poluição ambiental, sobretudo na região Oeste. Concentradas 76% das cerca de 5 milhões de cabeças de suínos existentes no estado, distribuídas em 22 mil propriedades rurais, segundo pesquisa feita pela Embrapa. De acordo com o deputado Uczai, um dos principais objetivos da subcomissão será estimular e auxiliar a organização de suinocultores em pequenas cooperativas, para que eles possam produzir energia elétrica e vendê-la às empresas concessionárias. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Pedro Uczai)

### PROBLEMAS NA EXPORTAÇÃO

Moção 348/07, de autoria do deputado Reno Caramori (PP), cobra medidas urgentes para rever a metodologia empregada na emissão de certificados de origem, no acordo firmado entre o Brasil e a União Européia, alterando ou revogando a portaria Decex número 15, com consulta prévia aos exportadores e demais envolvidos no processo, e desvinculando a emissão do certificado de origem pelo Banco do Brasil.

O parlamentar argumenta que a portaria não contempla inúmeras situações comerciais desenvolvidas pelas empresas exportadoras, deixando a grande parte dos empresários insatisfeitos. "O texto legal não está claro quanto aos procedimentos e o Decex vem fazendo uma série de alterações posteriores", justifica. Caramori alerta para o aumento do custo Brasil aos exportadores, ocasionado pelo valor de emissão do Certificado de Origem via Banco do Brasil, com custo maior do que os certificados emitidos pelas entidades credenciadas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O deputado afirma que a medida causa prejuízos aos exportadores, decorrentes das cargas paradas no exterior ou mesmo por retenção de pagamento pelos clientes europeus devido à falta do Certificado de Origem no ato da entrega da carga. (Carlos Henrique Paniz, assessor do deputado Reno Caramori)



**O BRASIL  
EM DEBATE  
NA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA**

# JORNALISMO ON-LINE : O FENÔMENO DOS BLOGS na visão de Ricardo Noblat

**17 de outubro, às 19h  
no auditório da Assembléia.**

**Inscrições a partir de 10 de outubro  
somente pelo site [alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br).  
Vagas limitadas**

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis)  
e pela Rádio ALESC Digital - [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)

**REALIZAÇÃO:**



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**APOIO:**



**ASSEMBLÉIA**  
Cada dia mais presente na sua vida

## OPINIÃO

## Beatificação de Albertina Berkenbrock

Santa Catarina vai celebrar em outubro deste ano um dos mais importantes eventos de sua história. A menina Albertina Berkenbrock, nascida na localidade de São Luiz, município de Imaruí, será reconhecida oficialmente como beata pela Igreja Católica. Uma das consequências práticas esperadas a partir deste evento é o incremento do turismo religioso na região, com a vinda de milhares de fiéis ao local do martírio.

No dia 20 de outubro, Albertina será proclamada oficialmente Bem-aventurada. A cerimônia será realizada na cidade de Tubarão, sob a presidência do cardeal José Saraiva Martins, prefeito da Congregação para a Causa dos Santos do Vaticano. É a primeira vez da história que uma cerimônia de tal magnitude e significado é realizada em Santa Catarina. Trata-se de um passo decisivo para a Canonização, que reconhece a santidade das pessoas que

deram suas vidas pela Causa do Evangelho.

Albertina Berkenbrock é considerada mártir porque morreu em 15 de junho de 1931, aos 12 anos de idade, para defender a castidade, considerada uma virtude pelos cristãos. Após seu assassinato foram atribuídos a ela milagres que seriam alcançados pela invocação junto a seu túmulo. O Decreto de Beatificação foi assinado pelo Papa Bento XVI, no dia 16 de dezembro do ano passado, na presença do Colégio de Cardeais.

O bispo da Diocese de Tubarão, dom Jacinto Bergmann, lembra que a menina que desperta a fé do povo não precisou ter milagres reconhecidos pelo Vaticano. É um caso de beatificação por martírio e a vinda do Papa acelerou o processo. "O processo da Albertina estaria ainda na espera de em torno de sete a oito anos, com isso nós ganhamos este tempo para esta bonita beatificação que vai acon-

tecer neste ano", informou o padre Sérgio Geremias, vice-postulador da beatificação.

Todos os anos, milhares de peregrinos provenientes de diferentes localidades do Brasil acorrem ao estado de Santa Catarina, onde há 22 santuários e uma centena de destinos de peregrinação católica, envolvendo 70 municípios.

A localidade de São Luiz, município de Imaruí, vem atraindo fiéis, principalmente jovens, pois lá nasceu em 11 de abril de 1919, Albertina Berkenbrock. Filha de imigrantes alemães. O primeiro sinal de santidade de Albertina ocorreu já no dia de sua morte. Segundo consta, o sangue jorrava de seu pescoço sempre que o agressor, empregado do seu pai, aproximava-se do caixão. Ela será a primeira Santa genuinamente brasileira, isto é, nascida em território nacional.

**Deputado Genésio Goulart (PMDB)**

## Melhor qualidade de vida para os doentes de câncer

No mês de setembro, chegamos mais perto de alcançar a meta número um de nosso mandato: dotar o Hospital Regional do Alto Vale do Itajaí do Centro de Tratamento Oncológico. A busca por recursos em Brasília deu frutos e obtivemos o compromisso de praticamente todos os integrantes da bancada que representa os catarinenses no Congresso Nacional com a apresentação de emendas ao Orçamento da União de 2008. Independente de colorações partidárias, os parlamentares sabem do sofrimento de centenas de pacientes de câncer e de seus familiares do Alto Vale do Itajaí e de regiões vizinhas, que hoje são obrigados a se deslocar para Florianópolis ou Curitiba para fazer o tratamento para a sua doença.

Em cada gabinete do Congresso por que passei obtive, em primeiro lugar, a solidariedade

ao pleito e o compromisso de direcionar recursos para viabilizar o setor oncológico do Hospital. Os deputados Odacir Zonta e Ângela Amin, do PP, assim como os deputados Carlito Merss e Cláudio Vignatti, do PT, Djalma Berger (PSB), e Nelson Goetten (PR), além da senadora Ideli Salvatti (PT) vão destinar R\$ 100 mil cada do total a que têm direito em emendas individuais. O deputado Darci de Matos (PMDB) comprometeu-se com R\$ 500 mil e Décio Lima (PT) com R\$ 150 mil. Assim, estão assegurados pelo menos R\$ 1,3 milhão carimbados com o projeto do Hospital diretamente no orçamento do Ministério da Saúde para 2008.

Além disso, a bancada do PT vai amarrar pelo menos 30% do total que destina ao setor saúde em suas emendas coletivas e, entre as que a Frente Parlamentar Catarinense (todos os deputados

e senadores) tem direito, pretende-se chegar a, no mínimo, R\$ 2 milhões carimbados para o Centro em 2008. Teremos ainda uma série de batalhas a vencer até sua implementação. Como bem assinalou a senadora Ideli Salvatti quando lá estive, assim como o deputado Carlito, além da instalação do Centro, é necessário que o Hospital se prepare para obter o credenciamento de alta complexidade junto ao Ministério, cujo caminho burocrático é um tanto penoso. Mas, a concretização do projeto a que tanto aspiramos no Alto Vale é irreversível.

E, enquanto médico que sou, e na qualidade de representante do povo catarinense, reafirmo que não descansarei até que o Centro de Oncologia do Hospital Regional do Alto Vale seja realidade.

**Deputado Jailson Lima da Silva (PT)**

## Escola do Legislativo leva ciclo de debates para Anchieta

A Câmara de Vereadores de Anchieta, no Extremo-Oeste catarinense, sediou, dia 28, o 8º Ciclo de Debates sobre Formação Política, realizado pela Assembléia Legislativa através da Escola do Legislativo com o apoio da Câmara de Anchieta e da Associação dos Vereadores do Extremo-Oeste (Aveosc). "Orçamento Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal" foi abordado pelo professor especialista em Políticas Públicas, Adelir Stolf. O coordenador do curso de Ciência Política da Univali, Ivan Carlos Lago, tratou do tema "Reforma Política e as Regras para as Eleições de 2008".

Participaram da mesa de trabalhos o presidente da Câmara Municipal, vereador Vilson Luiz Rosatto (PSDB); o presidente da Aveosc, vereador Aldomar Antônio Moscon (PMDB) e o prefeito

de Anchieta, Antônio Luiz Mariani (PT), que parabenizou os idealizadores da iniciativa. Ele destacou a importância do agente político em dinamizar a política com responsabilidade social e senso ético. "Nosso país carece desses valores", afirmou Mariani.

Marcon também elogiou o ciclo de debates. "Precisamos fortalecer o Poder Legislativo, e este momento serve de entrosamento e troca de experiências para nós vereadores", observou. A próxima e última etapa do programa será realizada em Braço do Norte, Sul do estado, no dia 23 de novembro (sexta-feira). As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pela Internet no endereço [www.alesc.sc.gov.br/escola](http://www.alesc.sc.gov.br/escola) ou na própria Câmara Municipal, onde acontecerá o debate, das 8h30 às 17h.

## [ AGENDA ]

- **8 de outubro, 14 horas:** Seminário da Região Sul sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)  
**Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros**
- **8 de outubro, 19 horas:** Abertura da exposição "Corpus", com os artistas Carlos Alves, Flávio Manoel e Luis Carlos Vigarani  
**Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho**
- **9 de outubro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem ao Dia Estadual do Cidadão da Paz e lançamento do livro "Cidadão da Paz: onde se faz? Família - Escola - Estado"  
**Local: Plenário e Hall**
- **10 de outubro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem ao Dia do Motorista de Ambulância  
**Local: Plenário**
- **10 de outubro, 19 horas:** Comissão de Educação – Audiência pública para debater a regulamentação de estágios profissionais para alunos do ensino médio  
**Local: Gabinete da Presidência**
- **11 de outubro, 14 horas:** Seminário de Combate à Homofobia  
**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**

### Mesa



**Presidente:** Julio Garcia (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)  
**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)  
**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)  
**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social



**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

**Estagiários:** Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Ricardo Pitorini, Robson Barbosa e Robson Ribas.

## INSTITUCIONAL

# Sessão solene destaca os 50 anos da RBS

Com 5,7 mil funcionários, grupo possui 18 emissoras de TV aberta, 26 emissoras de rádio e oito jornais

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), sessão reúne autoridades e funcionários da empresa

## Rodrigo Viegas

Em sessão solene realizada dia 27, a Assembléia Legislativa homenageou os 50 anos do Grupo RBS, 28 deles em Santa Catarina. A cerimônia, proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT), teve a participação de autoridades e funcionários da empresa. Entre os presentes, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o vice Leonel Pavan (PSDB), o presidente da Casa deputado Julio Garcia (DEM), os deputados Joares Ponticelli (PP), Manoel Mota (PMDB), Renato Hinnig (PMDB) e a deputada Ada De Luca (PMDB), além dos representantes do Grupo, o diretor

institucional Sérgio Sirotsky e o Conselheiro Pedro Sirotsky.

A trajetória do Grupo RBS acompanha as cinco décadas de história do Sul do Brasil. São 18 emissoras de TV aberta, duas emissoras de TV comunitária, um canal rural de distribuição nacional, 26 emissoras de rádio, oito jornais, dois portais na Internet e mais de 80 sites de seus veículos, entre outras empresas e serviços. O grupo tem mais de 5,7 mil funcionários no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e em escritórios em outras regiões do país. Pioneiro em tantas iniciativas, destacou-se como a primeira rede regional do país e acompanhou e absorveu inovações, mantendo seu

olhar nas referências internacionais e investindo em talentos.

Em seu discurso de homenagem, a deputada Ana Paula traçou um perfil dos caminhos trilhados pelo grupo no estado e salientou a solidariedade e responsabilidade social sempre inerentes às ações da empresa. Destacou as importantes campanhas do grupo em Santa Catarina, como a pela duplicação da BR-101 - que coletou um milhão de assinaturas - e do pedágio pela APAE, iniciado em Blumenau há nove anos. "Também foi através da RBS que os catarinenses se viram notícia, tanto nos momentos difíceis como nas horas de alegria", destacou.

## Direção agradece Assembléia

O diretor Sérgio Sirotsky agradeceu a Assembléia pela homenagem, especialmente a deputada Ana Paula, e também aos funcionários presentes e o primo Pedro, a quem chamou de professor. Listou os veículos do grupo presentes na vida de catarinenses e gaúchos e fez menção aos valores que regem a sua atuação, em especial a responsabilidade empresarial.

"Temos a responsabilidade e humildade para identificar o enorme apoio que sempre tivemos. Nossos leitores e telespectadores fazem o nosso sucesso", ponderou.

Já Pedro Sirotsky reservou um especial agradecimento ao presidente do Grupo Jaime Sirotsky e ao diretor Nelson Sirotsky, bem como aos demais membros do conselho. Se disse comovido com

as inúmeras homenagens, entre elas as da Assembléia Legislativa gaúcha e da Câmara dos Deputados, em Brasília. Lembrou do pai e fundador da RBS, Maurício Sirotsky, e afirmou que as origens estão sendo muito valorizadas nestas comemorações. Ele convidou a todos para conhecerem a exposição *No Ar 50 anos de Vida*, que acontece em Porto Alegre. "A exposição é a maneira que encontramos de dizer muito obrigado ao nosso público. Conta não só os 50 anos da RBS, mas a história das comunicações nestas últimas cinco décadas", observou.

O governador Luiz Henrique reservou suas palavras à figura emblemática do fundador Maurício Sirotsky Sobrinho e se rendeu à história de pioneirismo e empreendedorismo. "A RBS é essa potência, essa legenda, e no pano de fundo dessa legenda está este precoce comunicador, Maurício Sirotsky Sobrinho", afirmou.

O presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), afirmou que a história da RBS foi escrita com as tintas do empreendedorismo e o talento de seus profissionais transformou um microfone em uma das maiores redes de comunicação do Brasil. "Mas foram os princípios éticos que a levaram à liderança e ao reconhecimento público", afirmou.



Sérgio Sirotsky: responsabilidade

## Deputados homenageiam Rotary Club de Palhoça

Os 26 sócios do Rotary Club de Palhoça foram homenageados dia 1º com uma sessão solene para comemorar os 10 anos da entidade no município. Na cerimônia requerida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), uma placa de agradecimento foi entregue ao presidente, Mario Geraldo Battistotti.

Fundado em setembro de 1997, em Palhoça, o Rotary tem como principal objetivo ajudar a comunidade local em todos os aspectos. "Estou muito feliz por estar aqui e homenagear pessoas que trabalham pela comunidade palhocense. O clube busca a paz e a solidariedade entre os povos e é isso que faz desse valoroso trabalho uma lição de vida", disse Renato.

O Rotary Internacional foi

fundado em 1905, nos Estados Unidos, e desde então vem exercendo atividades importantes para a humanidade, como a luta pela erradicação da poliomielite. No Brasil, são mais de 52 mil associados em cerca de 2.300 clubes.

Há uma década em Palhoça, o Rotary Club vem trabalhando através de atendimento odontológico gratuito, banco de empréstimos de cadeira de rodas e distribuição de cestas básicas doadas pela comunidade. "O trabalho digno desse valoroso grupo, com certeza, é merecedor dessa justa homenagem", destacou o parlamentar.

O fundador do clube, José João da Rosa, afirmou que promover a paz e a boa vontade é um dos principais trabalhos do

Rotary. "Nestes 10 anos de atividade optamos por pequenos atos como propor idéias de melhorias em nossa cidade. Agora estamos pensando diferente. Queremos divulgar as nossas atividades e trazer a sociedade para se integrar nessa luta".

Fortes ideais de filantropia e amor. Assim que o presidente do clube palhocense, Mario Geraldo, vê o trabalho do grupo. "Em minhas andanças pela vida nunca encontrei nada como encontrei no Rotary. Estamos aqui para ajudar aquele que sofre. E é isso que vamos continuar fazendo".

No final da solenidade, Renato Hinnig também recebeu uma placa de homenagem pelos serviços prestados à comunidade de Palhoça.



Presidente do Rotary, Mario Geraldo, com o deputado Renato Hinnig

# INSTITUCIONAL

Alberto Neves



Parlamentares, representantes do Ministério Público e do Executivo discutem a situação financeira de entidades que trabalham na rede de proteção social em Santa Catarina

## Entidades cobram mais recursos para social

Audiência pública sela compromisso do governo do Estado em regularizar repasse para convênios

**Rose Mary Paz Padilha**

Durante mais de quatro horas, parlamentares, representantes do Ministério Público e do Executivo estadual e assistentes sociais discutiram a necessidade de incremento de verbas para a área social do Estado. Para atender a demanda crescente, a idéia é incluir no Plano Plurianual 2008/2011 (PPA) uma fatia maior de recursos, beneficiando todos os municípios. A proposta foi apresentada pela líder do PRB, deputada Odete de Jesus, autora da audiência pública realizada dia 4, reunindo representantes de estabelecimentos que trabalham com a proteção básica de alta complexidade, como abrigos, orfanatos, casas de passagem, casas-lar e asilos.

A intenção do encontro era

pedir ao governo, através da secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva de Lucas Dias, solução para a falta de repasses às entidades que trabalham com proteção social especial em Santa Catarina. Cobrada sobre a regularização das verbas para as entidades, a secretária garantiu que, até o final de dezembro de 2007, 60% dos convênios referentes a 2006 serão quitados. Os demais municípios receberão as verbas de 2007 através de um escalonamento, que vai até junho de 2008.

Segundo Odete, o setor, que atende mais de 4.500 pessoas, está em situação crítica por falta de recursos. "O governo não se manifestou pela renovação dos convênios com prefeituras e entidades. Já se passaram dez meses e nenhuma parcela referente a 2007

foi paga", declarou.

A deputada Ana Paula Lima (PT) lembrou que o problema é antigo e que os recursos de 2006 só foram pagos no mês passado. Também cobrou do Executivo ações para o atendimento de alta complexidade. "A Assembléia aprovou projeto de minha autoria para a construção de casas-abrigos para mulheres vítimas de violência. A lei, sancionada pelo governador, até hoje não foi implementada", lamentou.

Ana Paula solicitou ao promotor da Vara da Infância e da Adolescência, Thiago Carriço de Oliveira, a aplicação do termo de ajustamento de conduta para que o governo crie os Centros de Internamento Provisórios (CIPs). "O Ministério Público já tomou essa providência em 1998, mas ainda não há uma solução para o problema", afirmou.

### Promotor recomenda suplementação orçamentária

O promotor da Vara da Infância e da Adolescência, Thiago Carriço de Oliveira, sugeriu ao governo a suplementação orçamentária para a área social e a criação de uma secretaria de Estado para tratar de políticas públicas para crianças e adolescentes. "Santa Catarina vive um início de tragédia por falta de atendimento, principalmente às crianças vítimas de violência sexual. Os abrigos deveriam ter assistentes sociais e psicólogos para atender crianças e seus familiares, com o objetivo de

inserção social", alertou.

A secretária Dalva Dias alegou que os repasses estão atrasados por vários motivos, entre eles o sucateamento da secretaria e a ampliação dos municípios atendidos. De 2006 para 2007, o número de conveniados passou de 57 para 94, implicando num aumento das despesas. "A suplementação orçamentária proposta pelo Ministério Público Estadual depende da Assembléia Legislativa. Já sugeri aos deputados a criação de uma frente parlamentar em defesa da assistência social."

## Fórum trabalhará pela defesa da Udesc no Oeste

A criação de um Fórum pela defesa da Udesc no Oeste de Santa Catarina foi um dos principais encaminhamentos de audiência pública realizada dia 28, em Chapecó. O fórum deve ser integrado por parlamentares, entidades, associações, movimentos sociais, professores e dirigentes ligados à educação, estudantes, representantes de prefeituras e câmaras de vereadores e organizações da sociedade civil que apóiam o fortalecimento da instituição na região.

A resolução foi aprovada por unanimidade pelas cerca de 300 pessoas que compareceram à audiência promovida pela Assembléia Legislativa, de autoria do vice-presidente da Comissão de Educação, deputado Pedro Uczai (PT).

Nos próximos dias, Uczai deverá iniciar a articulação do fórum e das demais propostas apresentadas pela comunidade acadêmica no final da audiência pública. Segundo o parlamentar, elas serão encaminhadas para o governador para a Presidência da Assembléia

Legislativa; e à reitoria da Udesc, num documento intitulado "Carta da Udesc do Oeste".

Entre as propostas, está a regulamentação do Artigo 171 da Constituição Estadual, destinando 10% do percentual atualmente vetado pelo governador para investimentos em estrutura no Oeste. São três campi na região: em Chapecó, com o curso de Zootecnia; em Pinhalzinho, com Engenharia de Alimentos; e em Palmitos, com Enfermagem.

Segundo o diretor da Udesc no

Oeste, Antonio Waldimir da Silva, atualmente o governo do Estado destina R\$ 2 milhões por ano para investimentos e manutenção destas três unidades, onde estudam cerca de 900 estudantes. "Para nós, este debate com a sociedade é muito importante porque nos dá uma resposta sobre como e em que direção deve ocorrer o crescimento da Udesc", disse.

Nesse aspecto, a audiência pública propôs por unanimidade a estruturação e a expansão da Udesc em dois eixos. Um deles é

melhorar a infra-estrutura física para os cursos já existentes que, pelas manifestações de estudantes e professores, é precária principalmente em termos de laboratórios. "Faltam coisas básicas no prédio e estamos ocupando um laboratório provisório de um colégio, porque o nosso que deveria estar pronto em março desse ano, ainda não está", disse o estudante de Engenharia de Alimentos de Pinhalzinho, Pedro Santos. Um segundo passo é a criação de novos cursos nestes mesmos municípios.

## INSTITUCIONAL

# Aeroportos regionais vão operar a partir de 2009

Audiência faz balanço das obras em Jaguaruna e Correio Pinto

O governo do Estado prevê para o primeiro semestre de 2009 a entrada em operação dos aeroportos regionais de Jaguaruna, no Sul do estado, e de Correio Pinto, no Planalto Serrano. As obras começaram há cinco anos e somente a primeira etapa, de construção das pistas, foi concluída. As informações foram confirmadas dia 1º durante audiência pública solicitada pelos deputados Joares Ponticelli (PP), Décio Góes (PT) e Genésio Goulart (PMDB) e realizada pela Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP).

Provocado a apresentar cronogramas, o secretário estadual de Infra-estrutura, Mauro Mariani, aceitou o compromisso proposto pela comissão. Até o fim de outubro devem ser apresentados os projetos da segunda fase da obra do Aeroporto Regional de Jaguaruna, com terminais de passageiros e de cargas, sinalização noturna e acessos. Só então serão lançados os editais de licitação, com prazo de 60 dias. Os projetos de conclusão do Aeroporto Regional do Planalto Serrano têm entrega prevista para dezembro. O lançamento do edital para execução das obras ficou para

fevereiro de 2008.

Na última quarta-feira (3), o secretário Mauro Mariani esteve em Brasília com o ministro da Justiça, Nelson Jobim. Mariani quer aproveitar o que chama de "bom momento em que se anuncia a disposição do governo federal em investir nos aeroportos regionais". Ele também foi ao Ministério dos Transportes em busca de recursos para a construção dos acessos rodoviários aos dois aeroportos e buscar recursos junto ao Programa Federal de Auxílios a Aeroportos (Profaa) para a aquisição de equipamentos.



Senadora Ideli Salvatti (PT) participa da reunião promovida pela Comissão de Transportes

## Governo federal se compromete a construir acessos rodoviários

A senadora catarinense Ideli Salvatti (PT) admitiu a possibilidade do governo federal se comprometer com a construção dos acessos rodoviários, através do Plano Nacional de Aviação ou de emendas parlamentares. Porém, ela cobrou a definição de um cronograma de obras e lembrou que a construção dos aeroportos prevê recursos compartilhados entre os governos federal e estadual. "Não dá para cobrarmos empenho em relação às pistas e acessos se não tivermos definição quanto aos terminais e outros aspectos necessários para o funcionamento dos aeroportos", observou.

Joares Ponticelli (PP) cobrou

mais pragmatismo dos Executivos, propondo a entrega dos projetos e a definição da data de licitação ainda em outubro. Ele defendeu que os encaminhamentos sejam assumidos como compromissos tanto pelo governo estadual quanto o federal. "Precisamos do compromisso de todos. Seja do Fórum Parlamentar Catarinense, dos governos do estado e federal, uma vez que a construção envolve recursos de todos."

Na opinião de Décio Góes (PT), a audiência serviu para clarear a situação e forçar uma quebra da morosidade natural do poder público. "Cumpru seu objetivo, uma vez que o se-

cretário Mauro Mariani assumiu compromissos e definiu prazos". Góes admitiu a ocorrência de um "certo jogo político sobre a responsabilidade pelo andamento das obras" e disse que são situações que devem ser deixadas de lado em prol da efetivação da obra.

Murilo Bortoluzzi, da Associação Empresarial de Tubarão e coordenador da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel) para as obras do Aeroporto Regional de Jaguaruna, declarou-se satisfeito. "Faço voz da sociedade organizada em relação à necessidade de infraestrutura e da disposição de se resolver esta questão."



CONHEÇA O  
LEGISLATIVO

### COORDENADORIA DE ESTÁGIOS ESPECIAIS

A Coordenadoria de Estágios Especiais foi implantada em 2004 e está subordinada à Diretoria de Recursos Humanos. Entre suas atribuições está organizar as atividades dos estagiários do Programa Antonieta de Barros - PAB. O programa promove qualificação profissional sócio-educacional e cultural dos estagiários mediante ações planejadas que os habilitem à de inclusão social. Os estagiários também recebem apoio no sistema formal de ensino e o conceito de cidadania é reforçado para fomentar a participação nas suas comunidades.

Implantado experimentalmente em 2002 e oficializado a partir de 2004, com a aprovação da Lei 13.075, atende a demanda imposta por movimentos sociais na Assembléia. O programa, além de garantir a primeira experiência profissional, aponta perspectivas aos jovens, para que ultrapassem as barreiras da desigualdade, em especial daqueles socialmente excluídos por sua condição étnica, local de moradia, gênero e condição física especial. São oferecidas experiências profissionais, sócio-culturais, educativas e políticas como forma de garantir-lhes a cidadania.

A proposta leva em conta o conhecimento dos valores de origem do jovem como condição fundamental para a construção da identidade do programa.

Em linhas gerais, o programa contribui também para viabilizar as ações da Assembléia entre os jovens catarinenses, introduzindo-os como protagonistas no universo político, respeitando seus processos e suas atividades comunitárias. Os estagiários participam do PAB pelo período de um ano, que pode ser renovado por mais um. A carga horária é de 20 horas semanais e o número de jovens beneficiados pelo programa é de 40 por ano.

Hoje a equipe da Coordenadoria de Estágios Especiais tem oito servidores. Segundo a coordenadora Marilu Lima de Oliveira, "um ponto fundamental no programa é nossa disposição em interferir de forma positiva na trajetória familiar dos participantes porque, via de regra, estes jovens possuem a maior escolaridade na família e contribuem para elevar o nível social e financeiro de sua comunidade".

**Antonieta de Barros** - Antonieta, filha de lavadeira, foi alfabetizada com cinco anos e aos sete foi matriculada na Escola Lauro Müller para cursar o primário. Ingressou com 17 anos no curso normal com ajuda de um influente amigo da família. Sua vocação para o magistério mobilizou-a pela criação, em sua residência, de um curso para alfabetizar crianças carentes. Denominado "Curso Particular Antonieta de Barros" funcionou de 1922 a 1964 na Rua Fernando Machado, nº 32, no centro de Florianópolis.

No ano de 1933, com notável conhecimento da literatura e língua portuguesa, foi nomeada professora da Escola Complementar Lauro Müller. Em 1934, foi efetivada como professora da Escola Normal Catarinense. Lecionou no Colégio Coração de Jesus e no Instituto Estadual de Educação, este último dirigiu de 1944 a 1951, ano em que se aposentou.

Sua atuação como jornalista iniciou em 1922 com a fundação do jornal "A Semana". Escreveu para vários jornais e, no ano de 1937, com o pseudônimo de Maria da Ilha, publicou "Farrapos de idéias", onde reuniu suas crônicas.

Influente e com idéias firmes em defesa do magistério e do direito à educação para os menos favorecidos, em 1934 apresenta seu nome para a Constituinte Estadual concorrendo pelo Partido Liberal. Foi a primeira mulher a participar do processo constituinte no estado de Santa Catarina e foi eleita deputada estadual com 35.484 votos. Atuou como parlamentar até o ano de 1937 quando o então presidente Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas.

Fonte: Coordenadoria de Estágios Especiais

## ESPECIAL

# Aposentados se unem contra reforma da Previdência

Moção assinada por deputados estaduais e federais é encaminhada ao Congresso Nacional e ao presidente da República

## Andreza de Souza

Mais de 500 aposentados e pensionistas, de diversas cidades do estado, participaram de audiência pública, dia 1º, no Auditório Antonieta de Barros, sobre a reforma da Previdência. Requerida pela Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina (Feapesc) e promovida pela Comissão de Trabalho e Serviço Público, a audiência tratou da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003, que prevê mudanças na Previdência Social.

Uma moção assinada pelos deputados estaduais e federais, além da Feapesc, com posição contrária à reforma, será encaminhada ao Congresso Nacional e à Presidência da República.

De acordo com o presidente da entidade, Luiz Carlos Freitas, a reivindicação dos aposentados e pensionistas é para que o governo federal não desvincule o piso previdenciário do salário mínimo, evitando perdas nos benefícios pagos.

Freitas destacou que a emenda trará prejuízos para a população. Entre eles, o aumento da idade mínima para aposentadoria de 67 anos para homens e 65 para mulheres; o fim da diferenciação de tempo de contribuição entre homens e mulheres e dos tempos especiais de professores; a extinção da aposentadoria especial dos trabalhadores rurais; a redução em 30% do valor das pensões e o aumento para 70 anos da idade para o pagamento do benefício assistencial das pessoas com necessidades especiais.

## Parlamentares querem intermediar

Os "cabelos brancos", como foram chamados os palestrantes, foram recebidos pelo presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público, deputado Onofre Agostini (DEM), e também pelos deputados José Natal Pereira (PSDB), Ada De Luca (PMDB), Manoel Mota (PMDB) e Antônio Aguiar (PMDB), Valmir Comin (PP), Sargento Soares (PDT) e Professor Sérgio Grandó (PPS). Todos os parlamentares são contrários à reforma da Previdência, e buscam a garantia dos direitos dos 800 mil aposentados e pensionistas de Santa Catarina e 25 milhões do Brasil.

Os deputados federais de Santa Catarina Odacir Zonta (PP) e Edinho Bez (PMDB), também presentes à audiência, se colocaram à disposição para intermediar o debate no Congresso Nacional e no Palácio do

Planalto. "A Constituição é muito clara e ninguém pode desrespeitá-la", afirmou Zonta.

Para o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marçilo, o momento é de luta pelos direitos adquiridos. Ele afirmou que as reformas não são realizadas para corrigir as distorções na seguridade social. "O tripé saúde, previdência e assistência social são direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988", disse.

O dirigente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e de Estudos da Seguridade Social, Floriano Martins, apresentou, de forma técnica, alguns números desmentindo os mitos de déficit previdenciário e da demografia brasileira.



Aposentados e pensionistas acompanham audiência pública para discutir emenda constitucional que prevê mudanças na Previdência

## Auditores fiscais afirmam que há superávit

Dados do Ministério do Planejamento mostram que o déficit estimado da Previdência Social para 2007 é de R\$ 45 bilhões. Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), publicados na revista da entidade, apontam para superávit. A pesquisa constatou que em 2005 houve saldo positivo de R\$ 6,275 bilhões, segundo balancetes do INSS.

A presidente da Anfip, Assun-

ta Di Dea Bergamasco, lembrou que dados oficiais e estudos da entidade já comprovaram que o déficit da Previdência é um equívoco e que ela é superavitária.

Na audiência pública, Assunta também ressaltou a importância do voto de cada aposentado na hora de eleger parlamentares comprometidos com o futuro da Previdência no País.

"Não devemos pressionar apenas os deputados federais,

mas os vereadores e prefeitos para que nossas reivindicações sejam atendidas", disse.

Na defesa do governo federal, o ministro da Previdência, Luiz Marinho, tem afirmado que a próxima reforma da Previdência terá objetivos a longo prazo. As mudanças devem atingir principalmente aqueles que ingressarem no mercado de trabalho após a reforma, beneficiando as próximas gerações.

Entre as medidas previstas,

estão a exoneração do peso da folha de pagamento da Previdência, a valorização do tempo de contribuição do trabalhador e maiores incentivos aos investimentos em tecnologia, tornando o país mais competitivo internacionalmente.

Segundo o ministro, o plano prevê ainda o cadastro real de beneficiários com a revisão das aposentadorias por invalidez, evitando assim as fraudes na concessão e desvio de conduta



Fotos: Carlos Killian

Dezessete milhões de aposentados sobrevivem hoje no País com um benefício mensal de apenas um salário mínimo

## Feapesc diz que perdas superam 70%

O presidente da Feapesc, Luiz Carlos Freitas, afirma que os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) vêm acumulando seguidas perdas ao longo dos anos. Segundo ele, o último reajuste repassado, em abril deste ano, foi 3,30%, enquanto o salário mínimo subiu 8,57%. A luta da entidade e dos aposentados e pensionistas é pela equiparação dos benefícios ao mesmo índice do mínimo. "Desde 1991 os aposentados vêm sofrendo perdas que já ultrapassam os 70%", afirmou.

De acordo com as entidades representativas do movimento dos aposentados no Brasil, assim como a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e a

própria Feapesc, as argumentações usadas pelo governo para fazer a reforma são falaciosas. Entre elas, a de que o atual sistema previdenciário não tem condições de pagar os aposentados, que a Previdência é deficitária e vai quebrar, caso utilize os mesmos índices dados ao salário-mínimo para o reajuste dos benefícios.

Freitas afirma também que o suposto déficit da Previdência alegado pelo governo federal faz parte de uma estratégia para o desvio da renda previdenciária, que pertence aos aposentados, para outros setores, como o pagamento da dívida interna. "Se faltam recursos para a saúde, a Previdência e a assistência social, isso ocorre

porque o montante que deveria ser destinado a essas áreas está sendo desviado para outros fins". Para ele, a Previdência é um dever do Estado e seus objetivos devem ser essencialmente a justiça social e a distribuição de renda.

Segundo o presidente da Cobap, existem hoje 17 milhões de brasileiros aposentados recebendo o máximo de um salário mínimo. E mais de 60% das famílias dos aposentados dependem dessas aposentadorias. "Infelizmente a nossa Constituição de 88 não está sendo cumprida pelo governo federal e os recursos estão indo para o superávit primário e pagamento de juros, deixando nossos aposentados numa difícil situação", lamentou.

## Fórum Nacional busca aperfeiçoar sistema

Na audiência pública, o diretor-presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, Floriano José Martins, destacou o trabalho do Fórum Nacional da Previdência. O grupo foi criado para aperfeiçoar o sistema previdenciário e é formado por representantes do governo, empresários, trabalhadores ativos,

aposentados e pensionistas.

Além de promover o debate para aprimorar a reforma da Previdência Social, o grupo trabalha para subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infra-legais pertinentes. Alguns pontos sobre a reforma já foram acordados, outros ainda estão em negociação. (Veja ao lado)

### Convergentes

- 1 - Promover a formalização do trabalho e a universalização da cobertura previdenciária a partir de um diálogo social;
- 2 - As políticas públicas, em especial as relativas à concessão de empréstimos, subsídios e incentivos fiscais,

devem estimular empresas formais;

3 - Mudar a lei do estágio, resgatando e reforçando seu caráter pedagógico, evitando abusos;

4 - Manutenção da diferenciação de critérios para aposentadoria em casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde

### Principais pontos

ou a integridade física;

5 - Criação de novos mecanismos de incentivo a uma maior inclusão previdenciária, com regras contributivas compatíveis com a inserção no mercado de trabalho;

6 - Reconhecer o direito à pensão por morte de companheiro/a afetivo/a do mesmo sexo no Regime Geral de Pre-

vidência Social, observando as mesmas regras dos cônjuges de diferentes sexos;

### Divergentes

- 1 - Idade mínima;
- 2 - Fator Previdenciário (cálculo dos benefícios);
- 3 - Aumento do tempo de contribuição.

## O que disseram os deputados

"Estamos aqui para mostrar que os aposentados e pensionistas estão unidos para reivindicar e defender seus interesses de forma respeitosa. Não concordamos que se jogue dinheiro pelo ralo, como nos casos de corrupção, para depois ouvirmos que não tem recurso para pagar essas pessoas que, por muitos anos, contribuíram com o País".

Onofre Agostini (DEM)

"Essa questão é inerente a nós deputados estaduais e a toda sociedade brasileira. Concordo com a luta que é extremamente importante e justa, e me coloco à disposição para que juntos possamos defender esses direitos fundamentais".

José Natal Pereira (PSDB)

"No Dia Mundial do Idoso, estamos fazendo toda a diferença nesta mobilização para que Santa Catarina e o Brasil escutem a voz dos aposentados e pensionistas contra a injustiça salarial que estão sofrendo. Vamos lutar com a nossa arma que é o voto".

Antônio Aguiar (PMDB)

"Esse é um gesto de justa manifestação pelos direitos adquiridos ao longo dos anos. É preciso que haja união e que vocês, aposentados, cobrem dos parlamentares em que votaram".

Valmir Comin (PP)

"É uma grande mentira a divulgação que existe um rombo na Previdência. Os articulistas querem nos enrolar, pois essa é na verdade uma contra-reforma que quer tirar direito dos trabalhadores".

Sargento Soares (PDT)

"Temos que unir forças e cobrar dos deputados federais uma posição a favor de todos os aposentados e pensionistas que representam o trabalho, a sabedoria e a experiência".

Ada De Luca (PMDB)

"É uma alegria participar da luta a favor dos 'cabelos que branquearam' pelo trabalho e contribuição ao estado e país. Não podemos ficar de cabeça baixa e aceitar o que eles querem nos impor".

Manoel Mota (PMDB)

"Estamos num momento de uma política econômica do superávit para dar uma vida digna de direito e não de favor".

Professor Sérgio Grandó (PPS)

## GERAL

Carlos Kilian



# PEDÁGIO NÃO

Alguns parlamentares comandam manifestação no trevo Palhoça/Santo Amaro da Imperatriz, contando com apoio de diversas entidades e de motoristas

## Protesto contra pedágio pára a BR-101

Frente Parlamentar promove mobilização e ganha adesão de motoristas contrários à proposta do governo federal

Graziela May Pereira

A BR-101 na Grande Florianópolis parou por meia hora, dia 3, em manifestação organizada pela Frente Parlamentar contra a Cobrança de Pedágios nas Rodovias Estaduais e Federais em Santa Catarina. O protesto foi realizado no trevo de Palhoça/Santo Amaro da Imperatriz – trecho Sul da BR-101.

O ato foi iniciativa dos deputados Manoel Mota (PMDB), Décio Góes (PT) e Sargento Soares (PDT) e contou com a participação de diversas entidades. Grande parte dos motoristas parados pela manifestação concordou com a iniciativa dos parlamentares.

Mota lembrou que a cobrança de pedágio nas rodovias está prevista em edital de licitação, lançado pelo governo federal, para leilão de sete lotes. Entre eles, estão incluídos trechos em solo

catarinense, nas BRs 101 Norte e 116. “Esse é um movimento importante e fundamental na vida de Santa Catarina. Já fiz mais de cem manifestações como esta e continuo afirmando que o estado não terá pedágio”, garantiu.

Concordando com Mota, Décio Góes afirmou que a idéia do pedágio não é válida porque as obras realizadas nas rodovias são pagas com dinheiro público.

“Quando se tem um investimento privado nas obras é até aceitável. Mas isso não aconteceu”, ponderou. O parlamentar ainda convidou a comunidade a comparecer, na próxima terça-feira, às 11 horas, no Legislativo, para a reunião de formalização da Frente Parlamentar. O petista Dirceu Dresch também disse que o estado não pode admitir o pedágio. “Um exemplo é a concessão de postos de serviços”, completou Dresch.

### Parlamentar alerta para excesso de impostos

O deputado Serafim Venzon (PSDB) lembrou que o brasileiro já paga muitos impostos para cuidar das estradas, entre eles o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). “O pedágio vai ser uma cobrança a mais, uma bitributação, e vai render aos locatários muito mais do que foi gasto com a obra. Por isso, temos que nos mobilizar contra mais essa tributação desnecessária.”

“Território livre de pedágio.” É dessa forma que o deputado Sargento Soares (PDT) quer continuar vendo Santa Catarina. “A sociedade tem que participar dessa luta. Combater a privatiza-

ção e denunciar o real interesse com o “pedagiamento.” Soares também afirmou que, se as praças de pedágio forem instaladas, o preço da cesta básica irá aumentar substancialmente, uma vez que o transporte e o combustível sofrerão aumentos por causa do novo item de custo.

O deputado Kennedy Nunes (PP) tentou confortar os motoristas dizendo que vale a pena perder meia hora na manifestação na BR do que perder meia hora todos os dias nas praças de cobrança da taxa. “Se instalarem as praças em todo o estado, como querem, nós, catarinenses, estaremos perdidos. De Joinville para cá serão dois pedágios para ir e mais dois

para voltar. Não consigo pensar na hipótese dessas empresas quererem ganhar nas nossas costas”, lamentou.

Lutar pelo dinheiro público foi a palavra de ordem do deputado Sérgio Grando (PPS). “Não posso entender essa política de privatização empregada pelo governo Lula. Temos que lutar pelo serviço público. Temos que dominar esse sistema”.

O deputado Pedro Uczai (PT), por sua vez, disse que o Partido do Trabalhadores em Santa Catarina é contra o pedágio e qualquer política de privatização. “Somos contra e esse movimento de luta vai, com certeza, crescer e sair vitorioso”, completou.

## Terneiros catarinenses serão exportados

A Comissão de Agricultura e Política Rural vai encaminhar moção ao governador Luiz Henrique da Silveira pedindo agilidade na exportação de terneiros catarinenses para a Itália. O anúncio foi feito pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da comissão, durante encontro com empresários italianos dia 2, no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa. Também receberam a comitiva os deputados Manoel Mota (PMDB), Narcizo Parisoto

(PTB) e Reno Caramori (PP), além do secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, e do diretor geral da pasta, Gelson Sorgato.

A intenção dos empresários italianos é importar cerca de 50 mil terneiros machos vivos - entre sete e oito meses de vida. Após 20 a 22 meses de confinamento e alimentação à base de cilagem de milho, produzirão carne de alta qualidade. Atualmente, a Itália consome 1,4 milhão de quilos de carne

bovina por ano. Desse total, 700 mil quilos vêm do mercado interno e o restante de países como a França, que fornece para os consumidores italianos cerca de 300 mil quilos por ano.

O chefe da comitiva, Renzo Fossato, presidente da União de Importadores e Exportadores de Carnes e Derivados da Itália (Uniceb), destacou que a escolha de Santa Catarina para as negociações deve-se ao fato de ser o único estado livre de febre aftosa sem vacinação.

## Frota com mais de 15 anos

O deputado Renato Hinnig (PMDB) pediu vista ao projeto, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que pretende ajustar os serviços de transportes rodoviários intermunicipais de passageiros, delegados ao Departamento de Transporte e Terminais (Deter), para as transportadoras.

O pedido do Projeto de Lei nº 194/0 foi formalizado, dia 2, na reunião da Comissão de Transportes. Um substitutivo global proposto pelo Deter

permite que 20% da frota em operação ultrapasse a idade de 15 anos, sem exceder 25 anos, garantindo melhor distribuição e aproveitamento dos ônibus em linhas de caráter social.

O substitutivo também pretende aumentar a agilidade das empresas que prestam serviços urbanos nas alterações, implantação e cancelamento de horários, sem a interferência de operadoras que prestam serviço rodoviário no mesmo eixo.

## COMISSÕES

# Parecer pede arquivamento da CPI da Casan

Adiado por mais uma semana destino de investigação sobre denúncias de uso eleitoral de autarquia

A CPI da Casan, destinada a investigar denúncias de uso eleitoral da autarquia, terá pela frente mais uma semana de indefinição. Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dia 2, marcada pelo acirramento do embate entre opositoristas e governistas, o relator da CPI, deputado Jailson Lima (PT), pediu vista ao parecer do deputado

Marcos Vieira (PSDB), que sugeriu arquivamento das investigações com base no que classificou como "fato novo". De acordo com o tucano, o inquérito policial em Taió, sobre denúncia de aliciamento de eleitores por parte da deputada Ada De Luca (PMDB) em Rio do Campo, foi encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Ele destacou parecer do pro-

curador federal eleitoral, Cláudio Dutra Fontella, que nega a existência de crime eleitoral: "A materialidade também não está caracterizada, uma vez que é constatada apenas a promessa genérica de serviços à comunidade em geral, não havendo conduta que configure as ações de dar, receber, oferecer, prometer, solicitar vantagem em troca de

voto", diz o documento.

O procurador ainda afirma não ter se configurado delito por falta de individualização da promessa e pelo fato ter sido noticiado três meses após a diplomação da candidata, implicando em decurso de prazo. Sob estes argumentos, Fontella requereu ao Ministério Público Eleitoral o arquivamento do inquérito policial.

Alberto Neves



Deputados da Comissão de Constituição e Justiça analisam parecer de relator sobre CPI baseado em inquérito policial

## Oposição quer manter apuração

Na reunião anterior da CCJ, o líder do PP, deputado Joares Ponticelli, também formulou pedido de vista por discordar do parecer do deputado Marcos Vieira. Na ocasião, Vieira recomendou o arquivamento da CPI sob o argumento de duplicidade de investigação, pois o assunto está sendo acompanhado pelo Ministério Público, e também com base na impossibilidade de cometimento de ato ilícito por pessoa jurídica, no caso a Casan.

Ponticelli contestou o enquadramento da investigação como crime eleitoral e reafirmou a intenção de "sepultar a CPI da Casan". O parlamentar questionou alguns encaminhamentos que, segundo ele, não atenderam os preceitos regimentais. "Foi aceito requerimento do deputado Renato Hinnig (PMDB), apesar da CPI já estar devidamente instalada e o foco de investigação determinado. "A dúvida só poderia ser levantada pelo presidente da Casa ou líder de bancada antes da constituição da CPI, conforme prevê o artigo 41 do regimento interno da Casa."

Os questionamentos surgiram após a apresentação do requerimento de Hinnig, que solicitou ao presidente da CPI, Onofre Agostini (DEM), que encaminhasse à análise da Comissão de Constituição e Justiça a delimitação da investigação.

## Finanças aprova emissão de contas em Braille

Os deficientes visuais não terão mais dificuldade para conferir valores e informações nas contas de água, telefonia e de energia elétrica. Projeto de lei de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB) prevê a confecção dos documentos de cobrança em Braille. A proposta foi aprovada, dia 3, da Comissão de Finanças e Tributação.

Natal também teve aprovada matéria na área cultural, instituindo o projeto Degrau, que define diretrizes sobre a apresentação de artistas e grupos amadores em Santa Catarina. A matéria tem o objetivo básico de promover intercâmbio e incentivar ações culturais em diversos níveis em todas as regiões do estado.

## Deputados dão sinal verde para projeto do assédio moral

Santa Catarina deve ganhar lei para combater o assédio moral na administração pública estadual direta e indireta, autarquias e fundações públicas. O projeto de lei, de autoria do deputado Jailson Lima (PT), que veda todas as formas de assédio moral na administração pública, foi aprovado, dia 3, na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. O próximo passo será a votação em Plenário.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta recebeu substitutivo global do deputado Joares Ponticelli (PP) ampliando o alcance e tornando mais rigorosas as punições que vão de advertência, suspensão à demissão do agente que praticar assédio moral.

No projeto, o assédio moral é caracterizado por procedimentos que impliquem em violação da dignidade do servidor, refletindo em formas de trabalho que os coloquem em



Comissão de Direitos e Garantias Individuais aprova projeto inovador

condições humilhantes ou degradantes. O enquadramento pode compreender agente, servidor, empregado ou qualquer pessoa que, abusando da autoridade conferida pela função que exerce, tenha por objetivo ou efeito atingir a auto-estima

do servidor.

Na aplicação das penalidades, serão considerados os danos aos servidores e ao serviço prestado. O texto ressalva que os acusados de cometer assédio moral terão assegurado o direito à ampla defesa.

Solon Soares

## Sem cobrança para currículos

A cobrança antecipada de taxa para cadastramento de currículos em agências de empregos, mesmo as virtuais, poderá ser proibida no estado. A proposta do deputado Narcizo Parisotto, líder do PTB, também foi aprovada na reunião de da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. A intenção do parlamentar é retirar um dos entraves para ingresso ao mercado de trabalho.

Outro projeto aprovado é de autoria da deputada Odeite de Jesus, líder do PRB, que prevê a instituição do programa "SOS Vovô". O programa tem como finalidade atender denúncias de maus-tratos e violência contra idosos.

APROVADO

# Plenário cria Fundo Especial para Defensoria Dativa

Depois de ser tema de audiência pública na semana passada, o projeto que cria o Fundo Especial da Defensoria Dativa foi referendado, dia 2, pela maioria deputados, em Plenário. O Projeto de Lei Complementar 31/07 recebeu emenda modificativa do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

O texto determina que o Fundo de Reparelamento da Justiça (FRJ) passará dos atuais 0,2% para 0,3% como receita do Fundo Especial da Defensoria Dativa.

O fundo é destinado a complementar os recursos financeiros indispensáveis ao pagamento da remuneração dos advogados que exercem as funções de Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, após designação pela autoridade judiciária competente.

Além do FRJ, servirão como receita do Fundo as dotações

constantes do orçamento do Estado; auxílios, subvenções, doações e contribuições ou transferências resultantes de convênios ou acordos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou outras entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais; remuneração oriunda de aplicação financeira; saldos apurados nos exercícios anteriores e quaisquer outros recursos que legalmente sejam atribuídos ao Fundo.

Na parte da manhã, em reunião da Comissão de Trabalho, a matéria havia recebido voto contrário dos deputados Décio Góes (PT), Dirceu Dresch (PT) e Jandir Bellini (PP). Com o parecer do deputado Gelson Merísio (DEM), a matéria convalidou o que já havia sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça

“O projeto dá condições para Santa Catarina manter o modelo diferenciado em

relação ao restante do Brasil, que permite a prestação de serviços judiciários com baixo custo”, afirmou Merísio. Sobre a dívida do Estado com a OAB, o parlamentar declarou: “O governo terá que buscar outras fontes para esse fim. O Fundo será para custear as despesas dos advogados da defensoria dativa daqui para frente”.

## Taxas estaduais

Os parlamentares aprovaram também o Projeto de Lei nº 229/07, na forma de substitutivo global do deputado João Henrique Blasi, versando sobre as taxas estaduais de serviços prestados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

As referidas taxas serão reajustadas em 11, 26%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2005, 2006 e

primeiro semestre de 2007.

## Diplomas

As instituições de ensino superior privadas, as universidades públicas e as fundações públicas de direito privado não podem mais cobrar taxa para expedição de diplomas universitários.

A medida foi aprovada em Plenário por intermédio do substitutivo global, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), ao Projeto de Lei nº 160/07, do deputado Jorginho Mello (PSDB).

Na justificativa da proposição, Jorginho informa que resoluções do Conselho Federal de Educação prevêem como encargos educacionais, de responsabilidade dos alunos, o pagamento de anuidade, a qual, dentre outras despesas, servirá também para custear o fornecimento de certificados ou diplomas de conclusão de cursos.

## Reintegração da Epagri

A ocupação da Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em Caçador, no Alto Vale do Rio do Peixe, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), motivou o deputado Reno Caramori (PP) a encaminhar moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Presidência Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr). No documento, o parlamentar pede a reintegração de posse da área ocupada pelo MST há várias semanas. A moção foi subscrita pelos deputados Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), Onofre Agostini (DEM) e Moacir Sopelsa (PMDB).

## Retorno do ICMS é exigido

O resultado de um levantamento feito pela Federação das Associações dos Municípios (Fecam) sobre o retorno do ICMS aos municípios foi contestado pelo deputado Silvio Dreveck (PP). O dado mais intrigante, segundo ele, refere-se à constatação de que o índice das 158 cidades em queda acentuada de receita empata com o dos 135 municípios com aumento na arrecadação. Como o levantamento teve como base o movimento econômico de 2005, quando o crescimento do PIB catarinense alcançou marca superior a 2%, tendo seus efeitos sentidos em 2007, o parlamentar questiona onde estaria sendo aplicada essa diferença.

## Problemas no PPA 2008-2011

A diferença entre as previsões de investimentos no Projeto de Lei nº 404/07, que detalha o Plano Plurianual (PPA 2008-2011), está sendo questionada pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT). O valor apresentado é de R\$ 72 bilhões, sendo que apenas 42,44% são provenientes do orçamento geral e 57,56% de outras fontes. “Isso é um disparate. No PPA de 2004-2007 foram alocados R\$ 53,6 bilhões e apenas 28,16% vieram de outras fontes. Temos muito que discutir.”

Na próxima segunda-feira (8), o relator do PPA, deputado federal Cláudio Vignatti (PT/SC), estará em Florianópolis para tratar dos investimentos do Plano Plurianual.

# Dia Estadual do Vereador e da Imigração Polonesa em Santa Catarina

A partir do ano que vem, Santa Catarina vai comemorar oficialmente, no dia 1º de outubro, o Dia Estadual do Vereador. O Projeto de Lei nº 110/07, que trata do assunto, foi aprovado na sessão do dia 3 e ainda prevê a realização de sessão solene na data.

Na justificativa do projeto, seu autor, o deputado Jandir Bellini (PP), diz que o vereador trabalha quase sempre em condições adversas, não tendo suporte técnico e de infra-estrutura para conduzir projetos públicos e nem de comunicação e destaque de suas ações.

É ele, o vereador, que leva para o debate na Câmara Municipal as questões relacionadas à segurança pública, saneamento, limpeza, educação, saúde, turismo, meio ambiente, entre outros temas de interesse comum. “Como representante do povo, o vereador tem a obrigação de ser o porta-voz



Bellini: porta-voz das minorias

das minorias, dos grupos organizados, das associações, dos sindicatos e do cidadão, das necessidades da população, além de legislar e fiscalizar o Executivo municipal”, explica Bellini.

A data já foi instituída em outros estados e também no país, através da Lei Federal nº 7.212/1984. “Nada mais justo que abrir espaço no Parlamento catarinense, instituindo

sessão solene para a justa homenagem”, conclui Bellini.

## Poloneses

Em homenagem aos imigrantes poloneses que chegaram a Santa Catarina no final do século 19, o Parlamento aprovou também o Projeto de Lei nº 379/07, de autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), instituindo o dia 3 de maio como o Dia Estadual da Imigração Polonesa em Santa Catarina. Três de maio é a Data Nacional da República da Polônia, Dia da Constituição que foi promulgada em 1791 e é considerada a primeira carta magna moderna da Europa.

A homenagem, que a cada ano será lembrada com a realização de uma sessão solene, refere-se à contribuição dessa comunidade colonizadora para Santa Catarina, especialmente a partir de 1869. Atualmente, o Brasil e a França ocupam a terceira colocação em número

de poloneses que vivem fora de seu país, com cerca de 1,5 milhão de cidadãos.

Na justificativa do projeto, Aguiar diz que “o Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, tanto do ponto de vista político quanto do econômico. Existem ainda motivos históricos, todo um legado cultural do povo polonês para as tradições e costumes dos catarinenses, presentes em nosso cotidiano”.



Aguiar: parceiros da Polônia

# Kennedy cobra agilidade na reforma das escolas estaduais

A infra-estrutura das escolas de Santa Catarina dominou, dia 2, o discurso do líder do PP, deputado Kennedy Nunes. Na semana passada, o Colégio Estadual Francisco Eberhardt, de Pirabeiraba, distrito de Joinville, foi inaugurado depois de seis meses. Neste período, os alunos assistiram às aulas num salão de baile.

Kennedy lembrou que outras três escolas do município estão funcionando com seus prédios parcialmente interditados pela Vigilância Sanitária. Atualmente, 11 escolas estaduais estão fechadas em Santa Catarina pelo mesmo problema.

O deputado aproveitou também para cobrar do Executivo as inaugurações do Hospital Materno-Infantil, em Joinville,



Kennedy: demora nas obras

prevista para o dia 12 de outubro; a do aerobarco, que fará a ligação entre Joinville e São Francisco do Sul, prevista para agosto, a do Pronto-Atendimento de Araquari

e ainda o conserto do "rabecão" (automóvel utilizado pela polícia para o transporte de corpos) de Joinville, que está parado por falta de uma peça. "É preciso muito e não pode demorar como a reforma da escola de Pirabeiraba. Tem que ser feito com a mesma agilidade com que o governo aumenta as taxas", disse.

O deputado Silvio Dreveck (PP) falou que o colégio reformado já necessita de outra reforma. "Digo com tristeza que mais de mil alunos continuam estudando em galpões improvisados", contou.

Dreveck também lamentou a redução da hora/aula de 45 para 30 minutos. Uma medida que está sendo adotada pelos professores em estado de greve.

## Governistas lembram investimentos na área

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) esclareceu que, quando assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, 38 escolas da região "estavam caindo, eram depósitos de alunos". Segundo ele, Capão Alto nem possuía sala de aula. "Ninguém fez tanto pela educação quanto o governador Luiz Henrique da Silveira. Só há um

caminho para o desenvolvimento, que é a educação". Ele disse ainda que 97% das escolas de sua região já possuem internet. "Essa ação aconteceu devido à descentralização".

Já o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, lembrou que o problema com as escolas antecede o mandato de Luiz Henrique. "Construíram escolas que deterioraram

em cinco anos. Utilizaram material de péssima qualidade. O secretário Paulo Bauer está fazendo de tudo para recuperar as escolas." O deputado Renato Hinnig (PMDB) afirmou que Kennedy deveria se informar direito sobre as ações do governo. Segundo ele, as escolas citadas pelo parlamentar já estão com obras em andamento.

## Titon satisfeito com andamento das obras na BR-282

O presidente do Fórum Permanente em Defesa da BR-282, deputado Romildo Titon (PMDB), declarou estar feliz com o andamento das obras da rodovia. No dia 1º, ele percorreu o trecho até São José do Cerrito, na região Serrana, e avalia que este será concluído antes da BR-101.

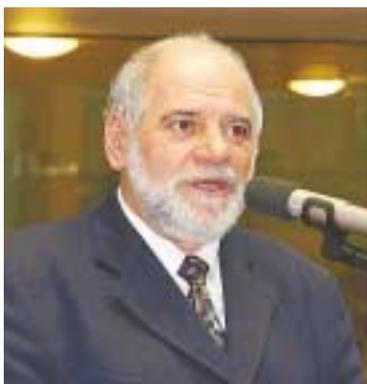
Titon informou que cerca de 50% do trecho entre Vargem e Campos Novos (BR-470) já estão concluídos. Os outros 50% estão bem adiantados, devendo estar concluídos até o final deste ano.

A parte que compreende Vargem a São José do Cerrito deverá ser entregue até o final de 2008. "Quero parabenizar o DNIT e a empreiteira da obra pela velocidade com que estão realizando os trabalhos. Esperamos por isto há 50 anos", falou.

## Grando destaca realização do Fórum Nacional de Defesa Civil

A realização do 4º Fórum Nacional de Defesa Civil e do 2º Encontro Estadual de Defesa Civil, marcado para a próxima semana, na cidade de Jaraguá do Sul, no Norte do estado, foi destacada pelo deputado Professor Sérgio Grando como um dos grandes eventos sobre mudanças climáticas.

Os eventos acontecem durante a Semana Nacional de Redução de Desastres e têm como objetivo discutir assuntos



Grando: Discussão importante

relacionados às Mudanças Climáticas no Brasil, suas causas e seus efeitos, visando à construção coletiva do conhecimento de riscos e desastres.

"Realmente é uma discussão importante para todos. O planeta está passando por muitas mudanças. Aqui mesmo, em Santa Catarina, já tivemos enchentes numa região, enquanto outra passava por uma seca devastadora", disse.

Segundo Professor Grando, o fórum contará com palestras de autoridades do Brasil e especialistas em diversos assuntos relacionados à defesa civil, com temas como Mídia nos Desastres, a Psicologia Aplicada aos Desastres, e o Aquecimento Global no Brasil. "Eles esperam mais de 600 pessoas para o evento, que propiciará aos estudantes e profissionais da área a oportunidade de divulgar o resultado de seus trabalhos e estudos de temas relacionados à defesa civil."

## [ GABINETES ]

### REUNIÃO COM BID

A doação de 1,2 milhão de dólares para um programa de melhoria da proteção e gestão ambientais da bacia do rio Uruguai foi intermediada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB) em reunião no dia 3, em São Paulo, com diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O financiamento será concedido pelo Fundo Fiduciário Japonês do BID. No encontro foi preparado um plano mestre para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Uruguai, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a fim de guiar as atividades na bacia, principalmente para proteger seu papel na recarga do aquífero Guarani, um dos maiores sistemas do planeta.

Com um volume de cerca de 40 mil quilômetros quadrados, este aquífero é o maior reservatório de águas subterrâneas no mundo, capaz de suprir água potável por 200 anos. Perto de 15 milhões de pessoas vivem na área do aquífero Guarani e até 500 cidades se abastecem, parcial ou inteiramente, de suas águas. "O aquífero é um recurso hídrico estratégico para Santa Catarina, abrangendo 155 municípios, a maior parte na região Oeste, que tem a maior concentração de agroindústrias da região Sul", destaca Renato Hinnig. (Daniilo Coutinho assessor do deputado Renato Hinnig)

### SUINOCULTURA TEM SUBCOMISSÃO

A subcomissão de energia e que integra o Fórum Catarinense de Suinocultura se reuniu pela primeira vez no dia 4, em Concórdia. Foi criada na audiência pública proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT) e realizada no dia 1º, em Chapecó. A subcomissão foi um dos principais resultados do encontro de parlamentares, suinocultores, pesquisadores, estudantes e representantes de entidades ligadas à agricultura para debater a utilização de biodigestores e a produção de energia elétrica a partir dos dejetos de suínos. Ao mesmo tempo em que a suinocultura representa uma das principais atividades econômicas de Santa Catarina, também se constitui numa das maiores responsáveis pela poluição ambiental, sobretudo na região Oeste. Concentradas 76% das cerca de 5 milhões de cabeças de suínos existentes no estado, distribuídas em 22 mil propriedades rurais, segundo pesquisa feita pela Embrapa. De acordo com o deputado Uczai, um dos principais objetivos da subcomissão será estimular e auxiliar a organização de suinocultores em pequenas cooperativas, para que eles possam produzir energia elétrica e vendê-la às empresas concessionárias. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Pedro Uczai)

### PROBLEMAS NA EXPORTAÇÃO

Moção 348/07, de autoria do deputado Reno Caramori (PP), cobra medidas urgentes para rever a metodologia empregada na emissão de certificados de origem, no acordo firmado entre o Brasil e a União Européia, alterando ou revogando a portaria Decex número 15, com consulta prévia aos exportadores e demais envolvidos no processo, e desvinculando a emissão do certificado de origem pelo Banco do Brasil.

O parlamentar argumenta que a portaria não contempla inúmeras situações comerciais desenvolvidas pelas empresas exportadoras, deixando a grande parte dos empresários insatisfeitos. "O texto legal não está claro quanto aos procedimentos e o Decex vem fazendo uma série de alterações posteriores", justifica. Caramori alerta para o aumento do custo Brasil aos exportadores, ocasionado pelo valor de emissão do Certificado de Origem via Banco do Brasil, com custo maior do que os certificados emitidos pelas entidades credenciadas no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O deputado afirma que a medida causa prejuízos aos exportadores, decorrentes das cargas paradas no exterior ou mesmo por retenção de pagamento pelos clientes europeus devido à falta do Certificado de Origem no ato da entrega da carga. (Carlos Henrique Paniz, assessor do deputado Reno Caramori)



**O BRASIL  
EM DEBATE  
NA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA**

# JORNALISMO ON-LINE : O FENÔMENO DOS BLOGS na visão de Ricardo Noblat

**17 de outubro, às 19h  
no auditório da Assembléia.**

**Inscrições a partir de 10 de outubro  
somente pelo site [alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br).  
Vagas limitadas**

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis)  
e pela Rádio ALESC Digital - [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)

**REALIZAÇÃO:**



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**APOIO:**



**ASSEMBLÉIA**  
Cada dia mais presente na sua vida